

Adoção de creche tem a presença de dona Dulce

Sem que fosse reconhecida pela maioria das crianças, dona Dulce Figueiredo, esposa do presidente da República, participou ontem, em São Paulo, da assinatura de um convênio entre as empresas Rakam e a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Nesse contrato, as empresas fizeram a adoção de uma creche, comprometendo-se a pagar uma ORTN — Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional para cada uma das 36 crianças

nha que pretendemos desenvolver junto à Federação das Indústrias, Federação do Comércio e Associação Comercial, para que outros, empresários sigam o nosso exemplo".

AJUDA

Aziz Nader acredita que "se outros empresários seguissem o mesmo caminho, dentro de um ano não haveria mais crianças carentes de 0 a 6 anos de idade". Embora considerando que o gasto não é muito grande, Léa Leal entende que o dinheiro aplicado pelas

Matriculadas o que equivale Cr\$	146,33	203,344	04,331
sobretudo do PMD	164,44	152,967	57,845
procuramos verificar se a entidade	93,80	29,134	15,033
merece ou não receber	96,40	128,588	65,473
terreno".	70,97	5,201	3,042
Cintia exemplificou q	83,31	32,338	17,641
estão em tramitação cr	124,21	818,323	364,988
projetos desse tipo, ced	78,36	3,041	1,705
do terrenos ao Inam	80,80	10,130	5,603
Telesp, Polícia Militar	54,54	11,130	7,202
	13,441	208	320

(Doc. incompleto)

teúdo:

*A "Folha" e as respostas da sociedade à crise***Associação ajuda bairro** *1982 03/10/82***Trabalho comunitário permitiu conquista de vários benefícios****HÉLIO BELIK**

O Jardim Mitsutami, em Campo Limpo, seria um bairro como todos os outros da periferia de São Paulo — onde faltam iluminação pública, esgoto, policiamento, asfalto, escolas e postos de saúde — caso não estivesse em curso um intenso trabalho de integração e organização comunitárias, onde cada morador, seja jovem, idoso, mulher ou inválido, participa de uma ou mais atividades.

Assim, em pouco menos de cinco anos, o Jardim Mitsutami conseguiu, através de esforço conjunto, uma cooperativa de consumo, uma oficina de costura e outra de marcenaria, duas creches e salões para festas, reuniões e exibição de filmes e peças teatrais, sempre com a orientação de uma sociedade de moradores extremamente atuante.

Tudo começou em 1974, no centro de Campo Limpo, quando uma equipe de moças e rapazes, conhecida pelos moradores como o "grupo da touca", por usar touquinhas na cabeça, resolveu iniciar um movimento recreativo, artístico e cultural entre as crianças e jovens da região. Pouco tempo mais tarde, dado o sucesso da iniciativa, o grupo decidiu fundar uma associação com o nome de "Touca" que, além de manter as atividades anteriores, organizou cursos de Móbrel, madureza, violão, teatro, folclore e capoeira, sendo auxiliados pelos alunos que participavam dos projetos.

Em 1977, após estabelecer contatos com representantes da Igreja Evangélica Reformada holandesa, da qual conseguiram uma pequena verba, os jovens da "Touca" transferiram-se para o Jardim Mitsutami, onde aplicaram o dinheiro na construção de uma cooperativa de consumo. No início, porém, o armazém de compras comunitárias trabalhava apenas com doze produtos, entre verduras, legumes e frutas, comprados no Ceasa e transportados em dois automóveis.

PESQUISAS

Com o desenvolvimento dos trabalhos, a equipe da "Touca" foi descobrindo uma série de falhas na organização da cooperativa.

Primeiro, verificaram que a população do bairro necessitava mais de arroz, feijão, batata e cebola, do que verduras e frutas, produtos "de luxo" para famílias com poucos rendimentos. Depois, através de pesquisas e estudos junto a atacadistas, averiguaram que as compras deveriam ser feitas por semana e até por dia, pois uma cooperativa que deseja evitar prejuízos não pode estocar gêneros, sob o perigo de vender a preços irreais.

Estas descobertas deram grande impulso ao armazém comunitário da "Touca". Os moradores, que nunca tiveram condições de fazer compras por mês, passaram a adquirir alimentos apenas para o almoço ou jantar, sabendo que os preços oferecidos são cerca de 30% mais baratos do que os encontrados

nos grandes supermercados da região. Assim, a cooperativa, que até então trabalhava somente com trinta famílias, hoje chega a atender mais de 150 famílias.

Além das mulheres do bairro, oito adultos e cinco jovens dedicam-se integralmente ao trabalho de descarregar, classificar, empacotar e vender as mercadorias, que são transportadas em uma caminhonete emprestada ou enviadas pelo caminhão do atacadista. Sobre cada produto é adicionada uma taxa de 12,5% que, segundo cálculos, corresponde à inflação, transporte, custo das perdas e gastos operacionais. Mesmo assim, pode-se encontrar na cooperativa uma dúzia de ovos por 135 cruzeiros, enquanto nas mercearias e mercados o mesmo produto está por volta de 160 cruzeiros.

Luta agora é para conseguir melhoramentos

Mas não é só da cooperativa que vive o movimento dos moradores do Jardim Mitsutami. A marcenaria foi criada em 1979 e funciona, através de cursos de aprendizagem e produção, com 14 meninos, orientados por Amauri Falsete, um dos fundadores da "Touca". Lá, os jovens fabricam brinquedos e peças de utilidade doméstica, que são vendidos em lojas e feiras, sendo que todo o dinheiro angariado é revertido para os próprios produtores. O material é todo

oferecido pela associação, que desconta os gastos na receita da venda dos produtos.

Da mesma forma funciona a oficina de costura, instalada no prédio da "Touca", que iniciou seus trabalhos há dois anos. Segundo Almira de Almeida Cruz de Carvalho, a oficina começou apenas com quatro senhoras, que traziam de casa suas máquinas de costura e material. Mais tarde, com ajuda da "Touca" e da Ação Comunitária do Brasil, montaram um salão para esta atividade e adquiriram grande quantidade de tecidos. Hoje, a oficina funciona com quinze mulheres e seus lucros são distribuídos entre todas e aplicados na manutenção do local.

Através da atuação destas mulheres é que o Jardim Mitsutami conseguiu obter da Prefeitura duas creches e a autorização para que a própria comunidade as gerisse.

CULTURA

Também a cultura tem importância fundamental na organização dos moradores do bairro. A peça "A Menina e o Vento", de Maria Clara Machado, montada por um grupo de jovens dirigido por Flavio Porto, há meses vem sendo apresentada em diversas regiões da cidade, com grande sucesso. Os cursos de pintura estão sempre cheios e os forrós e shows musicais são frequentes. Agora, a entidade reúne esforços para criar um clube na sede da "Touca".

Com tudo isto, porém, permanece uma realidade: o Jardim Mitsutami é um bairro pobre, onde poucas ruas têm iluminação pública e esgoto e o asfalto só chegou recentemente à avenida principal, a Goto Mitsutami. Mas o maior problema dos moradores ainda é a falta de segurança e policiamento. Diversas casas do bairro já foram assaltadas várias vezes e, na semana passada o mesmo aconteceu com a creche, que também teve seu teto destelhado com a ventania de segunda-feira.

Mesmo assim, o Jardim Mitsutami não deixa de ser um exemplo de união comunitária, onde a diretoria da Sociedade, segundo Luis Antônio Ferretti, somente encaminha as reivindicações dos moradores, deixando que eles organizem com autonomia seus grupos de trabalho.

Esta vitalidade dos participantes é constatada até entre os idosos e inválidos, que agora fazem uma horta comunitária no fundo da creche da Prefeitura.

Lei permite "creches-fantasma"

A maioria das empresas burla a CLT assinando convênios que não funcionam

ANTENOR BRAIDO

"Não se preocupe. O senhor não é culpado e nós também não. A lei é que é falha...". Com voz pausada e demonstrando conhecer muito bem o assunto, Sócrates B. Souza, diretor da Creche Empresarial Santo Antônio Ltda., de Osasco, pensava estar aconselhando um empresário às voltas com o cumprimento do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que se refere "ao local apropriado para as empregadas guardarem seus filhos".

Na realidade, conversava com o repórter da "Folha" interessado em conhecer "creches-fantasma". Isto é, que existem mas praticamente não recebem crianças, seja porque ficam fora de mão, seja porque os empregados desconhecem sua existência ou porque foram organizadas apenas para ganhar dinheiro, sem nenhuma estrutura para funcionar como creches.

"MAIORIA DAS EMPRESAS FAZ ASSIM"

O "empresário" queria firmar um convênio para cumprir a CLT mas observou que os leitos não seriam ocupados. "Tudo bem. — continuou Souza — a maioria das empresas que tem contrato conosco faz assim. Mesmo porque ninguém coloca um carro à disposição das mães para elas deixarem seus filhos na creche ou virem até aqui no horário da amamentação."

A Creche Empresarial Santo Antônio Ltda. funciona na própria casa de seu diretor e por mais que o "empresário" insistisse não soube quantos leitos tem e nem quantas crianças pode receber (ali também está instalada uma agência de empregos do próprio Souza).

"O senhor paga as mensalidades de Cr\$1.500, adiantando as primeiras seis na assinatura do contrato e pagando as demais no início do sétimo mês", explicou o responsável pela Creche Santo Antônio.

Como o "empresário" se mostrasse temeroso de uma possível fiscalização, quanto ao cumprimento efetivo da CLT, o diretor do estabelecimento acrescentou: "Estamos legalizados no Ministério do Trabalho: oite aqui a documentação" e mostrou uma pasta recheada de convênios com empresas de toda a "zona Oeste da Capital e Osasco", todos com carimbo da Delegacia Regional do Trabalho.

Como se admite nos corredores da Delegacia Regional do Trabalho e Secretaria da Promoção Social (órgão encarregado de fiscalizar essas entidades a partir de agora), "as creches-fantasma criaram uma verdadeira indústria do leito vazio", cujos proprietários faturam por um serviço que não prestam e as empresas cumprem formalmente a lei, recebendo ainda os benefícios que a mesma concede.

SURTIU COM A CLT

Essa "indústria do leito vazio" surgiu com a CLT aprovada em 1943, que traz no parágrafo 1.º do artigo 389: "Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 20 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação." O parágrafo segundo do mesmo artigo possibilita o cumprimento da exigência de manutenção de creches pela efetivação de convênios.

O artigo 400 da CLT dispõe sobre as dependências obrigatórias da creche: berçário, saleta de amamentação, cozinha dietética e instalações sanitárias. Em meados de 1969, nova portaria dos órgãos responsáveis estabeleceu normas técnicas "visando possibilitar às empresas o perfeito enquadramento ao dispositivo legal e orientar a fiscalização da legislação concernente ao assunto".

"A lei é muito estreita e acanhada", admite o diretor da Divisão de Proteção ao Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, Adriano Carvalho, "e, na realidade, as empresas, pelo menos a grande maioria, cumprem-na apenas formalmente".

Segundo Neusa Nogueira, diretora do Departamento Feminino do Sindicato dos Tecelões do Estado de São Paulo, "das três mil pequenas, médias e grandes empresas têxteis, apenas umas dez cumprem a lei de forma correta". A situação se torna bastante grave quando se sabe que, dos 60 mil trabalhadores do setor, 60% são do sexo feminino. "Estamos completamente desprotegidas — acrescenta Neusa Nogueira — e, apesar da luta constante, não conseguimos praticamente nada."

DELEGACIA NÃO TEM DADOS

Quantas empresas no Estado de São Paulo deveriam cumprir a lei de creches? Adriano Carvalho, da Delegacia Regional do Trabalho, alega não saber: "Não temos esses dados", afirma. "O acanhamento da lei não permite uma fiscalização rígida." Mas ele observa que até agora não recebeu nenhuma reclamação dos sindicatos dos empregados. "Portanto — conclui — suponho que não haja maiores problemas nessa área."

Até o ano passado, cabia aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, por intermédio de suas delegacias regionais, fiscalizar o cumprimento do artigo 389 da CLT. Em 1981, o Ministério da Saúde delegou seus poderes em São Paulo à Secretaria da Promoção Social.



Foto Luis Carlos Moura

"Filhas, para mães que trabalham, às vezes são uma tragédia", diz a diretora do Sindicato dos Tecelões.

"Nós temos um esquema para acabar com todas as irregularidades ou pelo menos as principais", afirma o professor Roberto Nicolau Schorr, responsável pela Coordenadoria de Ação Social, órgão da Promoção Social encarregado de atuar no setor. Embora ainda em fase de estudos, a nova sistemática, acredita Schorr, acabará com as "creches-fantasma", problemas que ele prefere não abordar.

"Se você fala na existência dessas instituições — diz sorrindo — prova que está por dentro do assunto. Nossa preocupação é regular o setor e todos os órgãos envolvidos farão isso, o que aliás, é uma determinação das autoridades federais."

Embora a grande maioria das empresas não cumpra a lei, existem, porém, empresários que se esforçam no sentido de providenciar creches para seus funcionários. No setor têxtil, por exemplo, a Alpargatas atribui seus baixos índices de rotatividade à tranquilidade que as creches proporcionam às funcionárias. Outro exemplo é a Linhas Corrente que, no ano passado, gastou cerca de Cr\$ 6 milhões na manutenção de dois berçários anexos às suas fábricas.

Promoção Social pode ter a solução

A Associação Santo Agostinho (ASA), entidade beneficente que mantém quatro creches, tem convênio com cerca de 100 empresas em várias regiões da Capital, mas apenas 20 se preocupam que as mães-funcionárias ocupem os leitos reservados.

"Os leitos estão à disposição — diz a diretora — presidente da instituição, Odira Moreira Ferreira — mas depende das empresas e dos seus funcionários fazer com que a lei seja cumprida. Nós não vamos nas indústrias fazer publicidade", explica, "pois não é essa nossa função".

Para Odira M. Ferreira, "muitos empregados das firmas que têm convênios conosco nem sabem da existência desses convênios, e outros ainda não conhecem o dispositivo da CLT". A ASA cobra Cr\$ 2.000 por leito reservado e o dobro pelos utilizados. Atualmente atende a cerca de 800 crianças, proporcionando alimentação, assistência médica e orientação pedagógica.

Também a Associação Evangélica Beneficente mantém cinco creches e faz convênios com empresas. Cobra Cr\$ 2.500 por leito utilizado ou não, segundo seu gerente administrativo, Oscar Ferie. "Nós aconselhamos as empresas a utilizarem as creches — afirma — mas na maioria dos casos isso não acontece."

CULPA DAS EMPRESAS

No setor têxtil, pelo menos segundo Neusa Nogueira, o não-cumprimento da legislação é de exclusiva competência das empresas. "Estamos lutando há vários anos para conseguir isso — afirma — mas é uma briga desigual."

Ano passado, o Sindicato dos Tecelões do Estado de São Paulo realizou um encontro onde o assunto creches foi longamente debatido. No final, ficou decidido que o sindicato faria uma pesquisa exaustiva sobre as condições do setor para poder reivindicar de forma concreta por parte das empresas o cumprimento da CLT.

Aliás, esse assunto deveria ser encaminhado na campanha salarial que se encerra no próximo mês, mas o desemprego e a grande rotatividade de mão-de-obra que atinge a indústria têxtil impediu que isso fosse feito.

"Para muitas mães que trabalham", diz Neusa Nogueira, "filhos, ao invés de alegria, muitas vezes são uma verdadeira tragédia, pois enquanto estamos no serviço, as crianças ficam trancadas em casa, ou soltas na rua, transformando-se pouco a pouco em marginais e trombadinhas".

Mãe de dois filhos, C. A., que prefere omitir o local onde trabalha e a publicação do nome completo, temendo represálias, está numa situação difícil. Mora em São Miguel Paulista e vive pedindo à vizinhas e amigas para cuidar dos filhos. "Não sei até quando vou aguentar essa história. Talvez eu tenha que largar mão do emprego". Ela não sabe se a empresa onde trabalha tem convênio com creche, mas diz que isso não iria resolver muito seu problema.

"Eu saio muito cedo de casa e fica difícil carregar os filhos até o local do meu emprego, pois os ônibus estão sempre lotados; muitas vezes é frio, enfim, tenho uma série de problemas que atrapalham bastante."

Segundo Neusa Nogueira, "muitas trabalhadoras da indústria têxtil tem essas dificuldades". Ela só vê uma solução para isso: "Construir creches nos bairros". "Mesmo que a empresa cumpra a lei e tenha sua creche bonitinha — diz — nem sempre atende às necessidades de seus empregados. Na maioria das vezes constatamos, embora ainda não tenhamos pesquisas sobre o assunto, que é melhor ter uma creche próximo a casa onde a gente mora".

SOLUÇÃO

Para o professor Roberto Nicolau Schorr, da Coordenadoria de Ação Social, da Promoção Social, "existe uma alternativa que pode atender empresas e funcionários no que diz respeito ao cumprimento da legislação de creches".

Com as novas medidas que deverão ser adotadas brevemente, acredita Schorr, será possível fazer um levantamento geral de todas as creches, sejam elas filantrópicas ou particulares. Feito este trabalho, a Secretaria da Promoção Social fará uma ampla fiscalização para ver a situação de cada uma. De posse de todos esses dados, em conjunto com entidades empresariais e a participação dos representantes dos funcionários, o professor Roberto Nicolau Schorr propõe que os filhos dos trabalhadores sejam atendidos pela creche mais próxima.

"Isso será feito — explica — de forma muito simples. Basta que os pais apresentem nas creches a carteira de trabalho. Em comum acordo com as empresas, no final do ano, a despesa será rateada, repartindo-se os gastos pelo número de indústrias envolvidas. Claro que quem tem mais convênios deve pagar mais".

Segundo Schorr esse esquema permitirá que as mães não tenham que levar seus filhos até as creches, nem tenham problemas de transporte. "Os filhos ficarão no próprio bairro", explica. Adotando-se essa medida, o responsável pela Coordenadoria da Ação Social acredita que ao Estado sobrarão mais verbas para construir novas creches.

"O que acontece hoje — afirma — é que há um desperdício muito grande de verbas. Enquanto as pressões para construir mais creches aumentam, as empresas se eximem de investir nelas e tudo cai nas costas do Estado. No final da história, a CLT é cumprida formalmente; as indústrias recebem as isenções previstas; e o governo é obrigado a gastar dinheiro para atender aos pedidos de mais creches. Nesse esquema — admite — não há recursos suficientes por maiores que sejam."

*Feminismo**1/82 2/10/82 p62*

Motivo de ciúme dos maridos

IREDE CARDOSO

Se é bem verdade que estaremos de código civil novo, até o próximo dia 30 de novembro, na realidade, segundo me informam técnicas de uma grande empresa que fabrica absorventes em forma de tampão, temos maridos que têm — prestem atenção — ciúme da dita peça que se destina à "higiene íntima". Por incrível que isso possa parecer, há homens tão inseguros que se comparam ao OB. É isso.

Falar sobre menstruação parece, aos machistas empedernidos, algo extremamente execrável. Mas ocorre que, nos EUA, há anos grupos de mulheres fazem curativos que livram a mulher da menstruação. Todavia, o procedimento não está espalhado, porque ainda reinam confusões a respeito do fenômeno e sabe-se que, em pesquisas feitas há anos, as mulheres afirmavam que a ausência da menstruação traria problemas psicológicos sérios a elas. Isso mudou. Há ainda homens que escrevem que ficam extasiados em poder falar mal de absorventes tampões. Que eles matam, isso, aquilo, que são antinaturais, como se ter hemorragias leves, normais, fosse uma maldição a que estão submetidas as filhas da Eva, que nasceu de uma costela de Adão, essa desfavorecida. Os arquétipos femininos dos machistas culturais são curiosos e bastante engraçados.

Enfim, ainda há muito o que caminhar, tanto à frente, como lá, das cavernas em que se encontra mergulhada grande parte de nossa população masculina e feminina. Aliás, a grande maioria ainda usa os famosos e arqueológicos "paninhos", que as mais velhas escondiam, envergonhadas, de toda a família, quando "mocinhas".

Fala-se muito em "higiene íntima". Já discuti com várias amigas, todas elas entendem que essa higiene é algo que se faz assim como se cutuca a orelha, inadequadamente, com pauzinhos ou plastiquinhos de algodão na ponta. Acho que está na hora de mudarmos nossa linguagem.

Escrevem-me dois leitores, um dando todo apoio, médico, professor na Unesp, o que me deixou muito feliz mesmo. São apoios assim que

fazem crescer a esperança de que estamos sendo lidas e compreendidas. Escreve-me também um senhor protestando contra a matéria sobre os perigos da pílula. Pois reafirmo tudo o que disse, baseada em relatório de organização nacional médica especializada. E meu artigo não foi, absolutamente, sensacionalista. Ao contrário. Aviso mesmo que mulher que toma pílula e não se cuida com muita frequência, conversando com médico, está-se arriscando a ter problemas de saúde. E quem é que vai ao médico com frequência? Que médico? A esse respeito, várias companheiras me procuraram para se certificar se é necessário mesmo acompanhamento médico. Nem elas sabiam, embora sejam de classe média, leiam jornais, etc. É um perigo que existe e compete a quem for honesto alertar.

Quanto ao planejamento familiar, estou absolutamente de acordo que ele é necessário. Mas ocorre que, entre nós, está crescendo a idéia do controle de natalidade disfarçado em planejamento familiar. Ora, nós sempre defendemos a conscientização da população, em especial da população feminina. E não podemos suportar a idéia de que mulheres pobres estejam sendo usadas para deleite de algumas pessoas do poder, que temem, com sua incompetência, não resolver os problemas da população injustiçada. Não nos calaremos, em absoluto. Consciência política em primeiro lugar, conhecimento do corpo e anticoncepcionais vem junto.

Todos sabem que o planejamento familiar só funcionou em países desenvolvidos, populosos, ocupados pelas pessoas. Quem não sabe disso está querendo mesmo, sem sombra de dúvida, fazer o jogo dos que desprezam o povo, dos que acham que com mulheres desinformadas tudo pode ser feito. Isso é ignominioso e as feministas estão trabalhando ativamente para denunciar essa manobra contra a população.

No mais, espero que todos se interessem pelo novo Código Civil que vem aí. As feministas devem lutar pelo seu próprio anteprojeto, porque ele é, segundo análise da advogada Floriza Verucci, muito mais completo e bem-feito que o do governo. Embora convirjam essencialmente.

FSP 4/10/82
**Missa inaugura
creche paroquial
na Freguesia do Ó**

Mais de trezentas pessoas participaram ontem da missa de inauguração da Creche Menino Jesus, celebrada pelo cônego Noé Rodrigues, da paróquia Nossa Senhora do Ó. Durante o ato religioso, o padre destacou o empenho de toda a comunidade local na construção do "Lar para os filhos dos trabalhadores, trilhando um longo e difícil caminho, fazendo levantamento de recursos e também batendo à porta do governo e da Prefeitura, onde os funcionários atendem mal o povo carente".

O cônego Noé, que falou em nome da comissão executiva da creche, exortou os fiéis a lembrarem também suas faltas cometidas ao longo deste trabalho, reconhecendo a necessidade de viver sempre em comunidade e de valorizar a família. Enquanto isso, na frente da creche, localizada à rua Antonieta Leitão, 375, na Freguesia do Ó, cabos eleitorais do PDS aproveitaram para fazer campanha, embora a inauguração nada tivesse a ver com política", segundo esclareceram casais encarregados da recepção.

A creche Menino Jesus

está sendo equipada para atender 300 crianças, desde recém-nascidos até seis anos. As inscrições serão abertas esta semana e os interessados deverão procurar a direção da entidade, que prestará atendimento gratuito, informou Nivaldo Regatieri, da comissão executiva.

Segundo Haroldo Jensen, membro da comissão fundadora, "esta obra assistencial foi realizada pela paróquia de Nossa Senhora do Ó, com apoio de toda a comunidade. A pedra fundamental foi lançada em 29 de junho de 1975 e a construção orçada, na época, em Cr\$ 2 milhões. Hoje, concluída, está avaliada em Cr\$ 140 milhões".

Erguida, num terreno de 1.280 m2, com área construída de 1.735 m2, a creche tem seis andares e os recursos necessários para realização da obra foram angariados através de festas e outras promoções. "Fizemos também campanhas financeiras, recebemos doações de firmas locais e da esposa do ex-prefeito Reinaldo de Barros, que forneceu Cr\$ 3 milhões em material de construção", disse Regatieri.

FSP 4/10/82 15:11

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Journal: *Folha de São Paulo*

Data: *04/10/82*

Pág.: *23*

Pasta n.º

N.º do recorte

Pais solitários

110 Mais de 80 por cento dos pais que vivem solitariamente com os filhos são compostos de mães, que não acreditam mais no casamento. Há apenas 1,5 por cento de homens sós, de todas as idades, e 6,3 por cento de mulheres de 45 a 49 anos que vivem sozinhas, sendo que 25 por cento de idade entre 20 a 64 anos moram com os filhos, quando os têm. Esses dados são referentes à França. Dos 45 aos 49 anos as mulheres optam pela solidão e pela liberdade individual, embora 1 milhão, 220 mil e 722 crianças, em 1981, não desfrutassem mais de um lar convencional formado por pai e mãe. Está fora de moda. Depois de 1975, o número de solitárias na França aumentou de 25,6 por cento. Lendo as estatísticas com cuidado verificamos que a idade-limite para a mulher francesa ser esposa é de 45 anos. Passou deles, ela vira traste, ou não tolera mais ser passada para trás, livrando-se do casamento, seja oficial ou não. As mulheres e os homens envelhecem igualmente — ou os homens têm alguma juventude secreta? Todas as pessoas de 45 anos têm 45 anos, mas os homens de 45 anos não têm 45 anos. Têm, pelo visto, muito menos. Com 45 anos, eles refazem suas vidas com mulheres mais jovens, mas as mulheres com o mesmo número de anos aplicam definitivamente do casamento. *8-8 11/10*

CRECHES E A INDÚSTRIA DO LEITO VAZIO

"Não se preocupe. O senhor não é culpado e nós também não. A lei é que é falha..." Com voz pausada e demonstrando conhecer muito bem o assunto, Sócrates B. Souza, diretor da Creche Empresarial Santo Antônio Ltda. Osasco, pensava estar aconselhando um empresário às voltas com o cumprimento de artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. Na realidade, conversava com o repórter das "Folhas" interessado em conhecer "creches-fantasma", isto é, que existem mas praticamente não recebem crianças, seja porque ficam fora de mão, seja porque os empregados desconhecem a existência delas, ou porque foram organizadas apenas para ganhar dinheiro, sem nenhuma estrutura para funcionar como creches.

O "empresário" queria firmar um convênio para cumprir a CLT mas observou que os leitos não seriam ocupados. "Tudo bem, continuou Souza. A maioria das empresas que tem contrato conosco fazem assim. Mesmo porque ninguém coloca um carro à disposição para as mães deixarem seus filhos na creche ou virem até aqui no horário da amamentação."

Aliás, a Creche Empresarial Santo Antônio Ltda. funciona na própria casa de Souza e por mais que o "empresário" insistisse não soube quantos leitos tem e nem quantas crianças pode receber. Ali também está instalada uma agência de empregos de próprio Souza. "O senhor paga as mensalidades de Cr\$ 1.500,00 adiantando as primeiras seis na assinatura do contrato e pagando as demais no início do sétimo mês", explicou.

Como o "empresário" se mostrasse temeroso de uma possível fiscalização quanto ao cumprimento efetivo da CLT, o diretor da creche acrescentou: "Estamos legalizados no Ministério do Trabalho, olhe aqui a documentação" e mostrou uma pasta recheada de convênios com empresas de toda a "zona Oeste da Capital e Osasco", todos com carimbo da Delegacia Regional do Trabalho.

Na realidade, como se admite nos corredores da Delegacia Regional do Trabalho e Secretaria da Promoção Social (órgão encarregado de fiscalizar essas entidades a partir de agora), "as creches-fantasma criaram uma verdadeira indústria do leito vazio", cujos proprietários faturam por um serviço que não prestam e a empresas cumprem formalmente a lei, recebendo ainda os benefícios que a mesma concede.

Essa "indústria do leito vazio" com a CLT aprovada em 1943, estabelecendo no Parágrafo 1.º do Artigo 389 que os "estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 36 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido as empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no



Prof. Roberto Nicolau Schorr

período da amamentação". O Parágrafo 2.º do mesmo artigo possibilita o cumprimento da exigência de manutenção de creches, através da efetivação de convênios.

O Artigo 400 da CLT dispõe sobre as dependências obrigatórias da creche: berçário, saleta de amamentação, cozinha dietética e instalações sanitárias. Em meados de 1969, nova portaria dos órgãos responsáveis estabeleceu normas técnicas, "visando a possibilitar às empresas o perfeito enquadramento ao dispositivo legal e orientar a fiscalização da legislação concernente ao assunto".

"A lei é muito estreita e acanhada, admite o diretor da Divisão de Proteção ao Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, Adriano Carvalho e, na realidade, as empresas, pelo menos a grande maioria, cumprem-na apenas formalmente".

Segundo Neusa Nogueira, diretora do Departamento Feminino do Sindicato dos Tecelões do Estado de São Paulo, de "três mil pequenas, médias e grandes empresas têxteis, apenas umas dez cumprem a lei de forma concreta". A situação se torna bastante grave quando se sabe que dos 60 mil trabalhadores do setor, 60% são do sexo feminino. "Estamos completamente desprotegidas, acrescenta e, apesar da luta constante, não conseguimos praticamente nada".

Quantas empresas no Estado de São Paulo deveriam cumprir a lei de creches? Adriano Carvalho, da Delegacia Regional do Trabalho, alega não saber: "Não temos esses dados, afirma. O acanhamento da lei não permite uma fiscalização rígida". Mas ele observa que até agora não recebeu nenhuma reclamação dos sindicatos dos empregados. "Portanto, suponho que não haja maiores problemas nessa área".

Até o ano passado, cabia aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, através de suas de-



A maioria das crianças fica em creches do bairro onde mora

legacias regionais, fiscalizar o cumprimento do Artigo 389 da CLT. Em 1981, o Ministério da Saúde delegou seus poderes em São Paulo à Secretaria da Promoção Social.

"Nós temos um esquema para acabar com todas as irregularidades ou pelo menos as principais, afirma o prof. Roberto Nicolau Schorr, responsável pela Coordenadoria de Ação Social, órgão da Promoção Social encarregado de atuar no setor. Embora ainda em fase de estudos, a nova sistemática, acredita Schorr, acabará com as "creches-fantasma". Com as novas medidas que deverão ser adotadas brevemente, acredita Schorr, será possível fazer um levantamento geral de todas as creches, sejam elas filantrópicas ou particulares.

Feito este trabalho, a Secretaria da Promoção Social iniciará uma ampla fiscalização para ver a situação de cada uma. De posse de todos esses dados, em conjunto com entidades empresariais e a participação dos representantes dos funcionários, o prof. Roberto Nicolau Schorr propõe que os filhos dos trabalhadores sejam atendidos na creche mais próxima.

"Isso será feito, explica, de forma muito

simples. Basta que os pais apresentem nas creches a carteira de trabalho. Em comum acordo com as empresas, no final do ano, a despesa será rateada, repartindo-se os gastos pelo número de indústrias envolvidas. Claro que quem tem mais convênios deve pagar mais".

Segundo Schorr esse esquema permitirá que as mães não tenham que levar seus filhos até as creches, nem tenham problemas de transporte. "Os filhos ficarão no próprio bairro", explica. Adotando-se essa medida, o responsável pela Coordenadoria da Ação Social acredita que ao Estado sobriariam mais verbas para construir novas creches.

"O que acontece hoje, afirma, é que há um desperdício muito grande de verbas. Enquanto as pressões para construir mais creches aumentam, as empresas se eximem de investir nelas e tudo cai nas costas do Estado. No final da história, a CLT é cumprida formalmente, as indústrias recebem as isenções previstas e o Poder Público é obrigado a gastar dinheiro para atender aos pedidos de atendimento aos menores. Nesse esquema, ainda não há recursos suficientes, por maiores que sejam".

Vila Maria: creche teme ação de marginais

F. Tande 8/10/82
Os funcionários e as 118 crianças da creche municipal de Vila Maria, na rua Serafim Poli 400, vêm tendo sua segurança ameaçada desde a inauguração do estabelecimento, em janeiro deste ano. A creche fica ao lado da favela Marconi e desocupados dessa e de outras favelas da região fizeram do local seu reduto para fumar maconha, cheirar cola de sapateiro e dividir produto de roubos. A maioria desses "hóspedes" da creche é menor de idade, segundo denúncia de um funcionário do estabelecimento, que preferiu não se identificar, temendo represálias.

Não há policiamento ostensivo na área, apesar de a diretora da creche, Teóphila Jacinto Formicola, ter solicitado, em maio, através de ofício ao Comando do policiamento da região, que pelo menos uma viatura passasse às vezes pelo local, para espantar os marginais. E na creche não há telefone, instrumento que poderia ser de grande valia numa situação de emergência. Por isso, as crianças são apedrejadas e ameaçadas e, para passar o dia em segurança, têm de ficar trancadas dentro do estabelecimento.

CERCA E VIDROS

No mesmo dia em que a creche de Vila Maria foi inaugurada, grande parte de sua cerca de arame foi derrubada por esses desocupados. De acordo com funcionários, vidros, portas e maçanetas são arrebatados a pedradas e pontapés. "Os marginais não respeitam nem os bujões de gás, pois vivem quebrando seus dis-

positivos de segurança", afirmaram os funcionários.

A ação dos desocupados no terreno da creche é ostensiva. Eles não temem a Polícia e, quando alguém ameaça chamá-la, eles respondem apenas que "ai a gente vai para a Febem e lá, pelo menos, tem comida". Aliás, comida é o que eles mais exigem dos funcionários do estabelecimento. "Eles ficam aí exigindo comida e, se a gente não der, eles atiram pedras nas janelas e dentro das panelas. Não há quem os faça parar" assinalaram.

A maior preocupação dos funcionários hoje é a construção de um muro alto que circunde o edifício, impedindo a entrada dos desocupados. "Nosso maior medo são as crianças — disseram —, porque outro dia tentaram raptar uma delas e há o perigo de elas serem usadas como reféns.

CRECHE DESTELHADA

Por outro lado, 72 crianças estão sem poder utilizar a creche municipal de Vila Missionária, na Zona Sul, desde o dia 27 do mês passado, quando um temporal destelhou parte do prédio, inundando quase todas as dependências. Desesperadas, inúmeras mães que deixavam seus filhos no local estão pedindo providências à Prefeitura, pois essa é a terceira vez que o prédio é destelhado.

O destelhamento ocorreu por volta das 15h30, período em que as crianças deveriam estar brincando na parte externa do prédio. "Por sorte começou a chover e as funcionárias que cuidam de crianças

recolheram todos para o interior do prédio. Minutos depois começaram a 'voar' as telhas, e as crianças começaram a chorar enquanto começava a penetrar água no interior do prédio", disse Alzenira Santos, que deixava seus dois filhos na creche.

ILUSÃO

Depois de ter passado dez dias sem trabalhar por não ter com quem deixar os seus três filhos, com idade mínima de dois anos e cinco meses, Dinorá Silva resolveu "trancar todas as crianças e fazer faxinas em casas do Jardim das Oliveiras, onde costuma trabalhar. Mãe solteira, Dinorá confessou que ficou sem trabalhar durante dez dias, recebendo ajuda dos vizinhos, que reconheceram a sua necessidade de permanecer com as crianças em casa.

Entretanto, "chegou o momento em que nem mesmo os vizinhos tiveram condições de me ajudar. Falhou tudo em casa e eu fui obrigada a trancar todos os meus filhos e procurar emprego", disse.

Na creche, a comida não pode ser servida às crianças porque a maioria das salas está inundada e apresenta muita umidade. Por esta razão, a direção da creche não está podendo receber as crianças. As mães estão desde o dia 27 fazendo uma verdadeira romaria até o prédio, para ver se a Prefeitura já determinou a reforma. Só ontem pela manhã começaram a chegar algumas telhas novas e alguns operários para recolher o que restou das peças que caíram do teto.

FUNDÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*Data: *08/10/82*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

A Palavra do Leitor

A reportagem sobre creches

Da Coordenadoria de Comunicação Social da Legião Brasileira de Assistência — LBA:

"Realmente muito boa — e sobretudo oportuna — a reportagem publicada na edição de domingo último, 3 de outubro, focalizando o problema de creches no País e o fato de a lei, indiretamente, proporcionar a existência de creches-fantasmas. A implantação de creches transformou-se em programa social dos mais importantes, tanto pela necessidade de se fornecer assistência e principalmente alimentação a grandes camadas da população carente em idade pré-escolar, quanto por representarem elas uma forma de permitir o acesso ao mercado de trabalho a inúmeras mães de família, em todo o País, que não têm com quem deixar seus filhos em segurança. Em torno do tema, vale acentuar o trabalho desenvolvido pela presidente da LBA, sra. Lea Leal, visando ampliar a rede nacional de creches."

Mães criticam Prefeitura por não repor as telhas

Setenta e duas crianças estão sem poder utilizar a creche municipal de Vila Missionária, na zona Sul, desde o dia 27 do mês passado, quando um temporal destelhou parte do prédio, inundando quase todas as dependências. Desesperadas, inúmeras mães recorreram à "Folha Emergência" para denunciar o "descaso da Prefeitura", que ainda não providenciou o conserto do telhado.

Quase chorando, Alzenira Santos disse estar sem poder trabalhar desde o dia em que a creche foi destelhada, já que não tem com quem deixar os dois filhos — um com menos de dois anos e outro com seis meses. "Olha, moço, veja se você pode fazer alguma coisa porque eu e meus filhos estamos passando fome. O mesmo está acontecendo com outras mães solteiras que deixavam os filhos nesta creche. Por que a Prefeitura anima a gente prometendo creche deste jeito? Esta é a terceira vez que o prédio é destelhado, pondo em risco a segurança dos nossos filhos", disse Alzenira.

VENTO FORTE

O destelhamento ocorreu por volta das 15h30, quando as crianças deveriam estar brincando no pátio. "Por sorte, começou a chover e as "pajens" (funcionárias que cuidam das crianças) recolheram todas para o interior do prédio. Minutos depois começaram a voar as telhas, que chegaram a atingir os prédios vizinhos. As crianças choravam enquanto penetrava água no prédio. Poças e mais poças começaram a se formar sem que os funcionários tivessem condições de fazer alguma coisa", contou Alzenira.

Enquanto Alzenira fornecia detalhes sobre o problema, inúmeras mães chegavam ao prédio com os filhos, muitos deles de colo. Maria da Penha dos Santos Silva lembrou o problema da umidade da creche. "Os nossos filhos não têm condições de brincar no chão do prédio, face à umidade. As paredes e os pisos estão sempre frios", disse.

ILUSÃO

Depois de ter passado dez dias sem trabalhar por não ter com quem deixar os três filhos, o menor com dois anos e cinco meses, Dinorá Silva, a "Diná", resolveu "trancar todas as crianças e fazer faxinas em casas do Jardim das Oliveiras", onde costuma trabalhar. Mãe solteira, Diná confessou que aguentou ficar sem trabalhar durante dez dias, recebendo ajuda dos vizinhos, que reconheceram a sua necessidade de permanecer com as crianças em casa.

Entretanto, "chegou o momento em que nem mesmo os vizinhos tiveram condições de me ajudar. Faltou tudo em casa e eu



Somente ontem começou a retirada das telhas quebradas.

fui obrigada a trancar todos os filhos em casa sem deixar nada para eles comerem. Fui fazer faxina para conseguir alguns trocados e comprar comida para as crianças", disse Diná, lembrando que o prefeito "nos iludiu com esta creche. Viciou nossos filhos fornecendo comida para eles e, de repente, deixa todos com fome. Os nossos filhos estão passando fome", disse.

PROBLEMAS

A comida não pode ser servida às crianças porque a maioria das salas está inundada e apresenta muita umidade. Por esta razão a direção da creche não está podendo receber as crianças. As mães estão

desde o dia 27 fazendo uma verdadeira romaria até o prédio, para ver se a Prefeitura já determinou a reforma. Somente ontem pela manhã começaram a chegar telhas novas e alguns operários para recolher o que restou das peças que caíram do teto.

Ninguém no local soube informar se as telhas seriam colocadas ainda ontem. Muitas mães confessaram estar com medo de perder seus empregos, face ao tempo em que estão deixando de comparecer ao serviço. "Os nossos patrões estão entendendo. Mas sabe como é, não é? Eles não podem ficar nos esperando a vida toda, enquanto a gente espera que o prefeito cumpra a sua obrigação."

Devagar, mulher amplia atuação política

Pela primeira vez na história do País os partidos políticos abriram espaço para a mulher concorrer a governadora de um Estado, assim como ampliaram, com relação a eleições anteriores, o número de mulheres inscritas para os diversos cargos legislativos e também para a vice-governança. Muitas candidatas atribuem isso não a uma mudan-

ça de mentalidade por parte dos políticos, mas à necessidade de os partidos conseguirem mais votos, já que as mulheres representam quase 50% do eleitorado. A maioria delas, porém, acha que esse espaço foi uma conquista, resultado da maior participação da mulher na sociedade e dos movimentos feministas.

Feministas não são as plataformas da maioria das candidatas, nem mesmo das três que concorrem a governadora — Sandra Starling, em Minas, Sandra Cavalcanti, no Rio, e Lígia Doutel de Andrade, em Santa Catarina. Mas algumas líderes e até fundadoras deste movimento estão concorrendo, como Comba Marques Porto, que, se eleita vereadora no Rio, vai apresentar a

proposta de criação de uma secretaria especial da mulher, para defender seus direitos. Em São Paulo, Sílvia Fimentel, candidata a deputada federal pelo PMDB, já tem até projeto de alteração do Código Civil para acabar com a discriminação da mulher.

As candidatas do PT falam pouco na defesa da mulher, pois a campanha do partido está centralizada nas propostas gerais de mudança da sociedade. Mesmo não sendo feministas, porém, elas enfrentam discriminações por serem mulheres, desde as pressões familiares para não concorrer até boicote dentro dos próprios partidos, onde os homens ainda têm muita resistência em aceitá-las. No Interior, as desigualdades são maiores, mas poucas desistem por causa destes problemas, preferindo suportar as dificuldades para garantir uma participação maior da mulher na política. Levantamento da rede de sucursais, regionais e correspondentes, com texto final de Malu Oliveira.

Candidaturas pioneiras a governadora

Sandra Starling (PT), Lígia Doutel de Andrade (PDT) e Sandra Cavalcanti (PTB) não estão aproveitando em suas campanhas o pioneirismo que suas candidaturas a governadora representam não só em Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro, mas no País. Mais preocupadas com os programas partidários e disputas com os outros candidatos, quase esquecem as propostas específicas para a mulher. Apenas Lígia Doutel de Andrade fala vagamente em colocar em prática "a valorização da mulher", um item do programa de seu partido.

No PT de Minas Gerais, por ser a cabeça de chapa, Sandra Starling é a grande estrela. E não só na campanha do partido, mas também em todo o Estado, onde vem surpreendendo os adversários com o crescimento nas pesquisas de opinião pública. Considerada "inteligente, simpática e informal", fugindo às características habituais dos políticos mineiros, Sandra quase sempre consegue agradar ao público dos comícios, de metalúrgicos a profissionais liberais. Não admite comparações com Fendia Cavalcanti, nem mesmo sobre o nome, e muitas vezes leva o marido e o filho, ainda bebê, nas viagens e visitas que a campanha a obriga a fazer.

Assim como Sandra ajudou a organizar o PT em seu Estado, Lígia Doutel de Andrade é uma das fundadoras do PDT em Santa Catarina. Ela entrou para a política em 1966, quando seu marido, Doutel de Andrade, teve seu mandato de deputado federal cassado. Eleita com mais de 45 mil votos, foi uma das primeiras mulheres a representar o Estado na Câmara dos Deputados. Cassada, permaneceu na política e, como o marido tem a mesma profissão, nunca enfrentou problemas domésticos, sendo bem aceita pelos colegas de partido. Embora não seja feminista, promete "colocar em prática a valorização da mulher. O PDT foi o primeiro partido a inserir em seu programa a defesa da mulher e, sendo uma mulher-candidata, ela realiza não só um ato político, como também um dos pontos fundamentais de seu programa".

VICE-GERVERNADORAS

Se o espaço político para as mulheres se candidatarem a governadora não foi muito grande, a oportunidade de exercer a vice-governança foi um pouco maior e sete mulheres conseguiram ser indicadas. Iolanda Fleming, deputada estadual do PMDB, poderá finalmente conseguir um mandato executivo, caso seu partido vença as eleições no Acre. Ela começou sua militância política na década de 60, mas ainda não se acostumou com o "machismo acreano", presente até nos companheiros do partido. "No ano passado, quando quis ser presidente da Assembléia, meus colegas disseram que não votariam em mulher. Mesmo assim consegui a liderança da banca entre 78 e 80 e presidi a comissão que investigou irregularidades na Eletronorte."

A opção pela política deve-se, segundo ela, por esta ser uma "coisa envolvente". Como plataforma, defende a Constituinte e melhores salários para as mulheres.

O fato de ser mulher não foi o único problema que Daphne Adriane enfrentou para entrar na chapa do PT do Mato Grosso como candidata a vice-governadora. Sua idade atrapalhou um pouco, pois tem apenas 23 anos. Mas a experiência em trabalhos na periferia acabou garantindo a candidatura. Dentro do partido tem recebido bom tratamento, mas enfrenta muitas barreiras na campanha, como piadas e gozações dos homens que assistem aos comícios. O ponto básico de sua plataforma é a participação popular na administração não tocando no problema da mulher. Mas acha que esta ainda tem uma atuação política restrita, "especialmente porque o homem é machista demais e a maioria das mulheres muito submissa. Suas atividades restringem-se aos afazeres domésticos".

O feminismo, para Gecl Prates, candidata a vice-governadora do Rio Grande do Sul pelo PT, é um meio de participação muito importante, mas ela não entrou para a política por ser mulher e querer lutar pelos direitos delas e sim pela atuação no movimento dos trabalhadores. Por ser solteira e não ter pais, ela acredita que teve maior liberdade para militar: "Esta, porém, não é a situação da maioria das mulheres. Apesar de estarem conquistando espaços com muitos esforços e lutas, é inegável que ainda há muitos preconceitos nas famílias e até candidatos homens têm resistências à sua participação no partido, o que não é o caso do PT".

Também concorrem à vice-governança Zulmira Simões (no Paraná, pelo PDT), Maria Felícia Macedo (em Minas, pelo PDT), Ozeneide Berman (no Maranhão, pelo PDT), Maria José Machado (No Espírito Santo, pelo PT).

Para o Senado, são três as candidatas: Laélia Alcântara, PMDB do Acre; Marlene Ribeiro Pardo, PT do Amazonas; e Clay Lago, PDT do Maranhão. Na suplência estão, entre outras, Lélia Abramo do PT de São Paulo, Clorinda Sordi (PDS), Mila Cauduro (PDT), Teresa Noronha (PMDB) e Avani Keller (PT), no Rio Grande do Sul, e Genita Dantes Santana, do PT de Sergipe.





'Tendência é colocá-la na cozinha'

Assim como os jovens geralmente são vistos apenas como cabos eleitorais dos partidos, as mulheres sempre encontraram dificuldades para se candidatar, a maioria envolvida com atividades de organização e finanças das campanhas. "A tendência é colocar a mulher na cozinha do partido" — reclama Anita Pires, candidata do PMDB à Prefeitura de Itajaí, interior de Santa Catarina. Ela admite que esta mentalidade já está mudando e a prova é que somente em Florianópolis 11 mulheres concorrem pelo PMDB a uma vaga na Câmara de Vereadores. "Se vivemos em um País onde 50% dos habitantes são mulheres e se queremos viver a democracia, é fundamental a participação da mulher neste processo" — diz Anita. O PDS do Estado lançou um total de 173 mulheres nestas eleições.

Mesmo sendo maioria, as mulheres de Sergipe sempre encontraram dificuldades para se candidatar. Em 78, somente uma concorreu a vereadora em Aracaju, número que este ano aumentou para 12. No Interior, o PT inscreveu cinco mulheres, o PDT 13, o PDS quatro e o PMDB duas. Mas apenas o PT tem candidata a deputada federal, Avilete Silva Cruz, e à suplência do Senado, Genita Dantas Santana.

O aumento com relação às últimas eleições deve-se, segundo Avilete, ao fato de que "seria desastroso aos partidos não aceitar a presença das mulheres. Você sabe o que é remar contra a maré. Este foi um espaço conquistado e não cedido, em parte determinado pela própria dinâmica dos movimentos sociais".

Leila Abreu, líder feminista e candidata a deputada estadual pelo PMDB de Pernambuco, concorda com o aumento do espaço, mas lembra que os homens ainda "elogiam" as mulheres que sabem falar e têm uma atividade política de "mulher macho e de fibra". Além disso, diz, há o problema da pressão familiar. As solteiras não enfrentam tantos problemas, mas assim como as casadas são reprovadas na escolha da atividade, e recebem dos pais e maridos os tradicionais conselhos: "Lugar de mulher é em casa; o papel da mulher deve ser junto aos filhos".

Casada e com um filho de um ano, Leila reconhece que muitas vezes precisa ser forte para não se angustiar por deixar o filho em segundo plano numa fase em que ele precisa muito da mãe. "Estou consciente de que não prejudico meu filho. Ao contrário, luto por uma vida melhor para ele e todas as crianças." O PMDB tem 80 mulheres candidatas este ano em Pernambuco, enquanto os outros partidos apresentam números menores.

O PMDB da Paraíba tem uma candidata a deputada estadual, três a prefeita, cinco a vereadora de João Pessoa e mais de uma dezena concorrendo a este cargo no Interior. O PDS também tem uma candidata a deputada estadual e dezenas a prefeitas e vereadoras. O PT lançou mulheres apenas para as Câmaras de Vereadores.

As diferentes reações dos maridos

Comba Marques Porto, advogada e líder feminista, sente saudade de seu filho quando fica muito tempo fora, em campanha por um cargo de vereadora no Rio, pelo PMDB. E tem até inveja de seu marido que, "como homem, não sente culpa por chegar tarde em casa". Mas esse problema e uma certa incompreensão por parte do marido no início da campanha não a fizeram desistir de concorrer: "Sei que a candidatura mexe com a estrutura familiar. Foi numa conversa com meu marido que percebi o quanto minha nova atividade o estava deixando inseguro, inclusive por ciúmes. As dúvidas dissiparam-se com a conversa e a consequência foi que ele entrou para valer na minha campanha".

Menos sorte teve Maria José de Souza, líder comunitária e candidata a deputada estadual pelo PT do Rio. No ano passado, quando seu nome era cogitado para concorrer à Prefeitura de Nova Iorque, as intrigas que vinha sofrendo por seu trabalho comunitário acabaram transformando-se em um atentado contra seu marido, José Alves, ferido na cabeça e na perna. Cansado das atividades política da mulher, ele resolveu separar-se.

"Não o culpo — afirma Maria José,

que tem 46 anos e é avó. Fiz da luta pelo meu semelhante a razão de minha vida e sei que é difícil as pessoas entenderem. Ainda mais quando acabam sofrendo com isso".

A "imagem submissa que a mulher tem na sociedade" é o maior obstáculo que a assistente social Maria Irmami Campos Veloso vem encontrando em sua campanha para vereadora de Teresina pelo PDS. Segundo ela, "as próprias mulheres aceitam esta imagem e menosprezam a luta de outra mulher por um mandato legislativo".

Este é um dos problemas que enfrenta Alaíde Teixeira, candidata à Assembleia Legislativa de Rondônia, mas não só com relação às mulheres: "Muita gente não acredita que nós, quando nos metemos na política estamos levando a coisa muito a sério". Ao contrário, a radialista Rita Furtado, candidata do PDS à Câmara dos Deputados pelo novo Estado, diz que "ser mulher e exercer política não apresenta nenhum impedimento. Na minha comunidade não há feminismo nem barreira de homens".

Mas os homens, na opinião de Yolanda Rodrigues, advogada e candidata a vereadora pelo PMDB de Cuiabá, têm preconceitos e questionam muito a

candidatura de mulheres. Por isso, ela lançou algumas perguntas em sua plataforma: "Refleta e responda com calma. Você é filho de mulher. Tem uma filha mulher? Tem uma irmã mulher? Gosta de mulher? Então, por que não votar em mulher?"

Nas últimas eleições, nenhuma mulher conseguiu eleger-se na Bahia. Este ano, somente de Salvador saíram 24 candidatas e quatro delas têm bastante chance de se eleger. O PMDB é o partido que mais mulheres inscreveu, seguido do PDS e do PT. No Amazonas, os números são menores, mas as 16 candidatas representam, proporcionalmente, um grande avanço para o Estado, embora ele tenha sido pioneiro no Senado, com a candidatura de Eunice Michiles pelo PDS.

Muito ativas, as cerca de 20 mulheres que saíram candidatas em Belo Horizonte podem ser vistas diariamente no centro da cidade fazendo comícios, distribuindo panfletos e ensinando a votar. Sua posição dentro dos partidos, principalmente na oposição, é bastante forte, o mesmo ocorrendo com as mulheres do Acre, onde somente o PT apresentou 15 candidatas e outros tantos concorrem pelos demais partidos.

Nem todas cultivam o feminismo

"Esse negócio de defender mulher é conversa fiada, é uma utopia. A mulher nunca será emancipada, porque, na política, ela é apenas uma legisladora, mas continua a ser mulher como qualquer outra." Assim pensa Graciana Miguel Fernandes, a única vereadora de Santos e que está no cargo desde 1953. "Graciana de olho em tudo" é o slogan desta candidata à reeleição, que começou sua carreira política no antigo PST, depois fundou o MDB e agora está no PMDB. Ela conta que os primeiros tempos como vereadora "eram fogo", porque, como única mulher, não encontrou ambiente muito amistoso entre os homens, sem falar nos "convites para uísques". Hoje, porém, ela acha que tudo mudou e que o respeito é muito grande.

Sebastiana Carneiro entrou mais tarde para a vida pública e não continuou, como Graciana, pois ficou desiludida com a possibilidade de fazer alguma coisa. Há 15 anos, ela foi a última mulher eleita para a Câmara de Vereadores de Andradina, na região de Aracatuba, e este ano não se candidatou também porque não tinha dinheiro: "Esta é a maior barreira contra a participação da mulher na política. Se não pedir dinheiro para o marido (se for rico), têm poucas possibilidades de se eleger". Ana Maria Esteves, candidata a vereadora pelo PT, não está preocupada com as afirmações de Sebastiana e diz confiar na votação das mulheres, com votos das próprias mulheres.

A última mulher que se conseguiu eleger em Campinas foi a radialista

Clara de Oliveira, em 72, pela Arena. Este ano, a empresária Katia Righetto, candidata do PDT, quer repetir a façanha, embora considere a cidade "conservadora e preconceituosa". Participante dos movimentos de defesa da pequena e média empresa, resolveu entrar na política porque a mulher "não pode mais ficar omissa. Eu não quero que meus filhos recebam a herança deste mundo de lá e de cá". Ela não se julga feminista e sim feminina e espera contar com os votos das estudantes e das mulheres: "Eu não espero nada das mulheres acomodadas, que votam em função do marido".

Ana Maria de Freitas Penteado, candidata do PMDB à Câmara de Vereadores de São José do Rio Preto, acha que já são poucas as mulheres acomodadas, pois elas "estão despertando politicamente". Sua candidatura deve-se ao fato de achar que os problemas da cidade devem ser discutidos também sob o ponto de vista feminino. Os diretores dos partidos em Osasco parecem ter a mesma posição, pois nunca tantas mulheres candidataram-se no município. A Câmara local tem apenas 19 vagas e são 17 as candidatas.

No Vale do Ribeira, são mais de 20 as candidatas, entre elas a diretora de escola Marilena Maseti, primeira candidata a vereadora de Sete Barras. Apesar de ser uma pioneira em um município tão pequeno, não vem enfrentando problemas e até encontra apoio entre os homens.

Enquanto Marilena não tem pro-

postas para a mulher, Diva Prestes, do PMDB, uma das seis mulheres que concorrem ao cargo de vereadora em Sorocaba, defende a participação do sexo feminino na política e denuncia a discriminação de que ela própria é vítima por parte dos candidatos.

Ester Bueno, de 52 anos, é a única candidata à Prefeitura em todo o Litoral Norte. Do PT de Ubatuba, ela diz que as dificuldades para a participação da mulher estão na própria legislação brasileira, que "a discrimina enquanto pessoa humana". Maria Luiza Sardinha, concorrendo a vereadora pelo PT de Santo André, no ABC, acha que a discriminação acaba até atrapalhando a apresentação de propostas voltadas à mulher: "Em nossas reuniões, durante a campanha, falamos primeiro na proposta geral do PT e, quando chega a hora de se falar especificamente da mulher, ela não pode ouvir porque precisa ir embora cozinhar ou fazer qualquer outra coisa".

Esta é a primeira vez que surgem mulheres candidatas a prefeitas nos municípios de Sales Oliveira e Cajuru, da região de Ribeirão Preto. Em Sales de Oliveira a candidata é Benedita Canduz Maximiano, de 42 anos, que nunca ouviu falar em feminismo e concorre pelo PMDB. Marina Toseti Barrufini, advogada, de 47 anos, concorre pelo PDS de Cajuru e já foi vereadora em 72. Só voltou a se candidatar porque a direção do PDS local achou que ela ajudaria o partido a manter-se no município.

Na Capital, elas são apenas 7 por cento

CARLOS MANENTE

Dos 1.127 candidatos que, no dia 15 de novembro, disputarão os votos dos eleitores da Capital, nada menos de 1.046 são homens, num total de 93%. Sobraram, para as mulheres, 81 vagas, que correspondem a 7%, das quais mais da metade é para a Câmara Municipal: 43.

Há, no Estado de São Paulo, quase 13 milhões de eleitores e destes praticamente a metade é composta de mulheres. Contudo, em todo o Estado, pelos cinco partidos, concorrerão apenas 12 mulheres para a Câmara dos Deputados. Ou seja: cerca de uma candidata para cada um milhão de eleitores. Na disputa para a Assembleia Legislativa há 26 mulheres inscritas, uma candidata para 500 mil eleitores.

O PT foi o partido que mais abriu espaço ao sexo feminino: dos 188 candidatos que inscreveu para disputar a Câmara dos Deputados, a Assembleia e o Legislativo Municipal, 24 são mulheres, numa porcentagem de 14,4%. O PMDB, por outro lado, é o partido com maior predominância masculina: reservou apenas 4% de suas vagas às candidatas, enquanto os homens ficaram com 96%.

Embora o PTB tenha, em sua prestidância nacional, a ex-deputada Ivete Vargas, e uma candidata — Sandra Cavalcanti — ao governo do Estado do Rio, a participação feminina nesse partido está muito próxima à do PMDB, em torno de 4%. No PDS paulista as mulheres ficaram com 9,6% das vagas de candidatos e, no PDT, com 8,1%.

O QUE PENSAM

Uma das candidatas é responsável pelo projeto de lei que altera o Código Civil Brasileiro, mudando 81 de seus artigos que discriminam a mulher. Outra pretende a descriminalização da maconha. Há, entre elas a que quer ser

vereadora "para continuar ajudando os pobres e desamparados".

A viúva de Carlos Marighela está na disputa, ao lado de algumas donas-de-casa, costureiras, feministas e anti-feministas. Entre elas, há apenas um ponto cuja concordância é unânime: a participação feminina, nas eleições, ainda está muito abaixo do que seria desejável para que a mulher estivesse, efetivamente, representada nos parlamentos e nos governos.

Silvia Pimentel concorre, pelo PMDB, à Câmara dos Deputados: é uma das duas candidatas do partido a este cargo. Diretora geral da área de Direito, Economia e Administração na PUC, fez sua tese de doutoramento sobre a evolução dos direitos da mulher. "A Constituição prevê que todos são iguais perante a lei — diz ela — mas o artigo 233 do Código Civil atribui a chefia da associação conjugal ao homem."

Ela aponta outros exemplos de discriminações "legais" contra as mulheres: cabe ao marido a administração dos bens do casal, o exercício do pátrio poder (direito dos pais sobre os filhos), escolha do domicílio. Em casos de divergência entre o casal na educação dos filhos, prevalece a vontade do pai. Se a divergência for entre os cônjuges, prevalece a vontade do marido.

Irede Cardoso disputa uma vaga na Câmara municipal, pelo PT. É jornalista e líder feminista, e foi convidada por todos os partidos para concorrer, menos pelo PTB. "Até o PDS me convidou — contou ela — e fiquei indignada com isso. Disseram que, lá, eu conseguiria tudo. Mas não me interessa, quero conseguir as coisas de baixo para cima, e não de outra maneira."

Ana Lamberga Zeglio não conta há quanto tempo faz política, e, com mais de 70 anos, não diz sua idade: "Sinto-me uma moçoquinha de 20 anos — afirma

— e pronta a continuar a luta, a ajudar os pobrezinhos, os desamparados, os tuberculosos, como sempre fiz". Ela é candidata pelo PDS, e também se diz defensora "dos velhinhos abandonados e das crianças desamparadas". Muito amiga de Paulo Maluf, foi eleita pela primeira vez para a Câmara dos Vereadores em 1952. "Essas candidatas feministas — afirma — não têm experiência de vida. A mulher não é perseguida coisa nenhuma. Ela é o calor da família. A mãe é o pedaço de pão dos filhos."

"Desobedeça", diz o folheto que divulga a candidatura de Caterina Koltaí, candidata do PT à Câmara de Vereadores. E, entre os itens que ela manda desobedecer, estão: "Desobedeça à ordem de aprender a lição, de morrer pela pátria e viver sem razão. Não faça a guerra; desobedeça à ordem de que só com pessoas do sexo oposto o amor é permitido, e que você deve participar do apedrejamento de todos os diferentes. Qualquer maneira de amor vale a pena; desobedeça à ordem de que seu corpo não é seu, mas pertence aos outros. O aborto deve ser opção sua, lute por sua legalização; desobedeça à ordem dos que querem regulamentar seu prazer: lute pela descriminalização da maconha, porque o mal é o que sai da boca do homem".

Especialmente o último item trouxe problemas à campanha de Caterina, que é socióloga e pesquisadora. "Na verdade — ela argumenta — em todos os países em que o uso da maconha foi descriminalizado, e nos nove Estados norte-americanos em que isso ocorreu, o consumo baixou muito. O objetivo é apenas tirar o viciado do circuito policial" — explica.

"O que eu desejo é lançar estes temas à sociedade e colher a resposta, para saber, inclusive, se é o momento de discutí-los, se a sociedade está pre-

parada para isso. Esses temas não foram discutidos pelo PT, não constituem a plataforma do partido. Assim, estou sendo uma espécie de termômetro, mas, como mulher, acabo sendo mais frágil. Os homens que defendem os mesmos pontos de vista não recebem tantos ataques quanto eu" — reclama.

O marido de Maria Inês Pássaro teria legenda garantida pelo deputado Manoel Sala, se quisesse se candidatar a vereador pelo PDS. Mas em Vila Prudente, seu bairro, o PDS tinha outros oito candidatos a vereador. Como a mulher estava filiada ao PDT, e presidia o diretório distrital desse partido, ela própria candidatou-se, e se desligou do PDS, para apoiar sua disputa à Assembleia Legislativa. "Minha plataforma é a mãe solteira, a criança carente e o velho abandonado — diz ela — e não sofri qualquer discriminação pelo fato de ser mulher, na campanha. Sou contra o feminismo porque acho que ele não leva a nada. Não adianta a mulher se igualar ao homem, porque ela é mulher, e ele homem."

Ivete Vargas, a presidenta nacional do PTB, é a única mulher do seu partido a disputar a Câmara Federal. "Mas não existe outras — argumenta ela — porque não se interessaram em concorrer. Espaço havia." Eleita deputada em 1950, Ivete Vargas foi a segunda mulher que participou do Parlamento no Brasil, depois de Carlota Pereira de Queiroz. "Minha plataforma é o nacionalismo", afirma.

Clara Charf, viúva de Carlos Marighela, é militante política desde 1945, esteve nove anos exilada em Cuba, tem um lema para sua campanha: "A luta da mulher é também a luta dos trabalhadores, e a luta dos trabalhadores é a luta da mulher". Ela disputa a Assembleia Legislativa, pelo Partido dos Trabalhadores.

Plataforma inclui até Secretaria

Das propostas feministas de Comba Marques Porto, candidata a vereadora no Rio, ao antifeminismo de Beth Azize, que tenta reeleger-se deputada pelo PMDB do Amazonas, as mulheres apresentam todo tipo de plataforma política, embora a maioria dê destaque aos problemas gerais do País, como a luta pela democracia, mudança do modelo econômico e participação popular na administração pública.

Uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, a primeira entidade do Brasil, Comba incorpora em sua plataforma todas as reivindicações do movimento, como a denúncia da violência contra a mulher, a descriminalização do aborto e a exigência de uma nova abordagem do papel da mulher nos livros didáticos. Mas é na reivindicação de uma secretaria especial da mulher, que permita às feministas uma defesa eficiente de suas reivindicações, que está a inovação de sua plataforma: "No fundo, sinto que houve um grande avanço na absorção das teses feministas pela sociedade nos últimos anos. Mas a campanha eleitoral me trouxe um ensinamento importante, no sentido de valorizar a ação externa, a luta aberta pela conquista de nossos objetivos. Não vejo mais sentido em ficar colecionando frustrações para depois se lamuriar nas reuniões do movimento".

Posição totalmente contrária tem Maria José de Souza, candidata a vereadora pelo PT do Rio. "Não concordo com as feministas. Acho os objetivos do movimento feminista muito limitados. Tenho que lutar por água, escola, saúde, transporte e não tenho tempo de me envolver em discussões de marido e mulher que não levam a nada, que não levam ao desenvolvimento da mulher, nem à sua libertação", desabafa Maria José. Mesmo assim, admite que a mulher é mais oprimida que o homem.

Embora um pouco menos radical que Maria José, as candidatas do PT em geral não colocam em sua plataforma a questão do feminismo, preferindo lutar pelo programa central do partido. Para as candidatas do partido em Goiás, "o importante é que nossos candidatos sejam eleitos, representem realmente suas bases, trabalhadores urbanos e rurais, porque não é apenas a mulher que está sofrendo com as injustiças sociais, políticas e econômicas".

Mila Cauduro, candidata à suplência do Senado pelo PDT do Rio Grande do Sul, concorda em parte com esta posição, mas acha que a mulher ainda não se libertou totalmente da "esclavidão de tantos séculos". Admite que o movimento feminista cometeu excessos, devidos até a seu pionismo. "É inegável, porém, que as mulheres devem muito a ele" — afirma, assegurando que defenderá os interesses da criança, do trabalhador e da mulher.

A desigualdade entre homens e mulheres ainda existe e é por isso que Rosa Maria de Melo, candidata do PMDB a uma vaga na Câmara de Vereadores de Natal, acha importante o feminismo: "Ele existirá enquanto existir a desigualdade, fruto do sistema discriminatório". Sua campanha não inclui a luta feminista, limitando-se a prometer mais escolas e creches.

Beth Azize, no entanto, discorda totalmente dessa importância do movimento feminista, dizendo que ele "distorceu alguns princípios da mulher. O feminismo é um retrocesso político e mental da mulher". Socorro Dutra, deputada estadual do PDS do Amazonas e candidata à reeleição, considera o feminismo "a negação de princípios e dons inalienáveis", e acha que a mulher deve lutar para ser útil a seu País.

Mariene Salviero de Quadros Leprevost, decoradora e prima do ex-presidente Jânio Quadros, que concorre a deputada federal pelo PTB do Paraná, também é antifeminista, considerando que esse movimento é "algo horrível, igual ao machismo", e propõe-se "a lutar por melhor ensino, saúde, alimentação e outras necessidades básicas do povo", caso eleita.

Menos radicais, as candidatas baianas de todos os partidos prometem lutar pelos problemas gerais da sociedade, como é o caso de Jane Vasconcelos, do PMDB, coordenadora do Movimento contra a carestia. Em Pernambuco, algumas candidatas, como a peemedebista Lélia Abreu, defendem a questão da mulher e os movimentos para sua libertação, enquanto outras, como Nelma Carneiro, que tenta uma vaga do PDS na Câmara de Vereadores de Recife, são contra uma igualdade entre homem e mulher: "Há coisas que a mulher não deve ter, como liberdade sexual e de falar expressões grosseiras ou pornográficas. A mulher é mais delicada, mais fina e também não deve ter acesso a todo tipo de trabalho. O homem é mais forte, portanto, não cabe à mulher fazer trabalhos pesados, que exijam força". Sua plataforma defende a saúde e a educação.

"Na voz da mulher a força do povo" é o slogan da campanha da médica e ex-presa política Selma Bandeira, candidata do PMDB à Assembleia Legislativa de Alagoas e a única no Estado a concorrer a este cargo. No entanto, suas propostas não são feministas e sim de "continuar a luta do povo pela conquista da democracia e igualdade de direitos entre homens e mulheres". Proposta semelhante tem a professora Jarede Viana, do mesmo partido, e que quer ser vereadora em Maceló.

A participação política da mulher é defendida por Nelly Bacha, advogada e professora, que se pretende reeleger vereadora em Campo Grande, mas ressalta que isso deve ocorrer "sem os exageros do feminismo". Plataformas semelhantes apresentam as dezenas de mulheres que concorrem na Paraíba e no Pará, este último o Estado que possui uma das pioneiras da participação política feminina: a deputada Lúcia Viveiros, primeira parlamentar a entrar de calça comprida no plenário do Congresso e também a primeira mulher a presidir-lo. Agora, ela disputa a reeleição e poderá ter uma das maiores votações do Estado.

Crianças de Tietê terão a semicreche este mês

TIETÊ — A Prefeitura de Tietê informou que até o final do mês será inaugurada a Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) que irá atender a 120 crianças na faixa etária de três a sete anos no Jardim Residencial Joaquim Rodrigues Alves. A escola funcionará em regime de semicreche, onde a criança passará o dia todo na escola, recebendo alimentação e ensino.

Segundo Maria Inês Pilon Souza Alves, diretora do Departamento de Educação e Cultura do Município de Tietê, já existe um convênio através do qual a Emei recebeu verba de Cr\$ 1,32 milhão do Ministério da Educação e Cultura e do Mobral para aquisição de material permanente, pedagógico e ajuda de custo dos professores.

REGULARIZAÇÃO

Depois de quase 25 anos de funcionamento do ensino pré-escolar municipal na cidade, a Prefeitura de Tietê informa que está em vias de conseguir a sua regularização junto aos órgãos da Secretaria da Educação do Estado. Dessa forma, já deu entrada com processo com esse objetivo junto à Delegacia de Ensino de Tatuí, esperando-se agora o parecer final do Conselho Estadual de Educação.

“Essa regularização já havia sido tentada duas vezes — explica Maria Inês Pilon — mas em razão de problemas de ordem burocrática o resultado foi desfavorável. Agora, as barreiras que existiam já foram superadas e o processo já se encontra tramitando para receber o parecer final”, concluiu.

Movimento por Creches faz reivindicações

Cerca de 30 mulheres do Movimento de Luta por Creches foram recebidas pelo prefeito Salim Curiati, que se manifestou disposto a ouvir as reivindicações. Essa audiência, contudo, acabou sendo infrutífera — na opinião de integrantes do Movimento —, pois várias mulheres tentaram falar ao mesmo tempo. O prefeito, por sua vez, fez uma acusação: "Eu sei que é gente orientada para tumultuar".

Nem mesmo a denúncia básica que seria apresentada foi colocada claramente. Segundo membros do movimento, existem 300 diretoras contratadas há vários meses para creches ainda fechadas. Essa situação, na opinião de Lourdes Cardoso de Andrade, uma das integrantes, traz duas evidências negativas: é gasta uma verba significativa em salários para essas diretoras inativas e, ao mesmo tempo, a carência de creches não é suprida.

Antecedendo-se aos populares, tão logo entrou na sala onde ocorreu a improvisada audiência o prefeito elogiou seu antecessor — e candidato pelo PDS ao Governo do Estado — argumentando que, quando Reynaldo de Barros assumiu a Prefeitura havia apenas três creches em São Paulo e em três anos construiu mais de 300 creches. Uma difusa e generalizada revolta foi a resposta das mulheres presentes. A própria Lourdes de Andrade, que estava próxima a Curiati, alegou que dessas 300 creches anunciadas, a maior parte continua fechada. Diante dessa reação, o prefeito explicou que existe um procedimento demorado para colocar a creche em atividade. E, desse procedimento, a construção do prédio é apenas o primeiro passo.

CARTA-ABERTA

O resultado prático obtido pela comissão do Movimento de Luta por Creches, que compareceu ao gabinete do prefeito munida de faixas e cartazes, foi a entrega de uma carta-aberta a Curiati, onde, entre



O prefeito recebeu a comissão no Ibirapuera

outros pontos, denunciam a necessidade de serem construídas novas creches, pedem o funcionamento das concluídas e a realização de exames para seleção de pessoal, inclusive para diretores, extinguindo o decreto que nomeou aquelas 300 diretoras, conforme denunciaram. Outra reivindicação apresentada no documento é a "garantia para a participação da

população na direção e administração da creche, com reconhecimento oficial da comissão de creche". Essa carta-aberta, junto com o abaixo-assinado onde os moradores do Jardim Irene, próximo à divisa com Embu, também pedem a construção de uma creche, foi encaminhada por Curiati a seu assessor especial Andreara Sproecci.



Foto Matulte Mayezo

As mulheres levaram muitas faixas à audiência com o prefeito.

Mulheres vão à Prefeitura pedir creches

Após aguardar mais de uma hora, cerca de trinta mulheres do Movimento de Luta por Creches foram recebidas ontem pelo prefeito Salim Curiati, a quem fizeram algumas denúncias e apresentaram reivindicações. Essa audiência, contudo, acabou sendo infrutífera — na opinião de integrantes do Movimento — pois várias mulheres tentaram falar ao mesmo tempo e o prefeito — mais interessado em elogiar o trabalho de seu antecessor Reinaldo de Barros do que em escutar o que a comissão pretendia denunciar mostrou-se irônico e irritado quando as pessoas interrompiam sua fala, chegando a fazer uma acusação: “Eu sei que é gente orientada para tumultuar”.

Nem mesmo a denúncia básica que seria apresentada foi colocada claramente. Segundo membros do Movimento, existem 300 diretoras contratadas há vários meses para creches ainda fechadas. Essa situação, na opinião de Lourdes Cardoso de Andrade, uma das integrantes do grupo traz duas evidências negativas: é gasta uma verba significativa em salários para essas diretoras inativas e, ao mesmo tempo, a carência de creches não é suprida.

Antecedendo-se às pessoas, tão logo entrou na sala onde ocorreu a improvisada audiência, o prefeito fez o primeiro elogio a seu antecessor, argumentando que quando Reinaldo de Barros assumiu a Prefeitura havia apenas três creches em São Paulo, e em três anos construiu mais de 300.

INDIGNAÇÃO

Uma generalizada indignação foi a resposta das mulheres. Lourdes de Andrade, que estava próxima a Curiati, e alegou que dessas 300 creches anunciadas, a maior parte continua fechada. Diante dessa reação, o prefeito contra-atacou, explicando que existe um procedimento demorado para colocar a creche em atividade. E desse procedimento, a construção do prédio é apenas o primeiro passo.

Sem obter êxito com esse argumento, Curiati convidou os interessados a se inscreverem na Comissão Municipal de Ação Social, através da qual poderiam encaminhar suas reivindicações. O convite foi recusado. As integrantes do Movimento explicaram já ter tentado ingressar na Comissão, sem conseguir até agora qualquer possibilidade de participação. Irritado, o prefeito levantou um pouco mais a voz e anunciou: “Vamos receber todas as denúncias e fazer o que for possível para resolver os problemas; o que não pode é tumultuar”.

A partir daí, o diálogo entre Curiati e as mulheres tornou-se ainda mais difícil, com o relato desordenado de casos específicos apresentados pelas mulheres e respostas irônicas por parte do prefeito.

CARTA-ABERTA

O resultado prático obtido pela comissão do Movimento de Luta por Creches, que compareceu ao gabinete do prefeito com faixas e cartazes, foi a entrega de uma carta-aberta a Curiati na qual, entre outros pontos, denuncia a necessidade de serem construídas novas creches, pede o funcionamento das concluídas e a realização de exames para seleção de pessoal, inclusive para diretores, extinguindo o decreto que nomeou aquelas 300 diretoras.

Outra reivindicação é a “garantia para a participação da população na direção e administração da creche com reconhecimento oficial da comissão de creche”. Essa carta-aberta, junto com o abaixo-assinado onde os moradores do Jardim Irene, próximo à divisa com Embu, também pedem a construção de uma creche, foi encaminhado por Curiati a um assessor.

Creche ameaçada de despejo na Freguesia do Ó

Oitenta crianças poderão ficar sem a creche "Meu Cantinho", na rua Desembargador Rodrigues Setti, no Jardim Peri Velho, Freguesia do Ó, caso a sua direção não consiga evitar o despejo judicial do prédio.

A entidade tem caráter beneficente e é mantida pela Instituição Assistencial Espírita Cristã "Meu Cantinho", fundada há dez anos. A presidenta e fundadora da creche, Verena Scholze Borges, está pedindo a cessão de uma área municipal ou particular, nas imediações, para construir uma nova sede, "já que o proprietário do imóvel se recusa a qualquer acordo para que a creche permaneça no local", disse.

Instalada no Jardim Peri Velho, a creche atende também às crianças residentes do Peri Novo, pois na região não há creche municipal. Verena Scholze Borges assegura que a creche consegue se manter com uma subvenção que recebe da Secretaria Municipal da Família, com as mensalidades dos associados e com o resultado das promoções feitas periodicamente.

"O nosso problema mesmo é a sede, pois o proprietário não aceita nem mesmo um aumento do aluguel. Ele quer o prédio de qualquer forma. A intimação que recebemos da Justiça já está com prazo vencido — 30 dias — e não sabemos o que fazer. Se a Prefeitura nos ceder uma área nas imediações, nós levantaremos o prédio. Boa vontade é o que não nos falta para trabalhar", disse Verena.

FUNCIONAMENTO

Os pais das crianças matriculadas na creche pagam somente Cr\$ 500,00 por mês para manter os seus filhos durante todo o dia no local. Verena

lembrou que o funcionamento da creche garante o emprego de muitas mães. "Estamos lutando para evitar este despejo, mas se ele vier a acontecer levaremos todas as crianças até o Ibirapuera, para que o prefeito Antônio Salim Curiati veja de perto o nosso trabalho, que não pode sofrer interrupção", acrescentou.

A creche funciona normalmente das 7h às 18h e ainda desenvolve um trabalho junto à mãe gestante carente. Toda a medicação necessária, e até o enxoval do futuro bebê, é cedido pela instituição.

Verena disse que a maioria das mães que deixam os seus filhos na creche já está sabendo que há uma ameaça de despejo. "Mas elas preferem não acreditar na informação, porque correm o risco de perder seus empregos. A creche é o único lugar onde elas podem deixar os filhos", ponderou, lembrando em seguida que o telefone da entidade está à disposição para quem tenha um terreno disponível e queira oferecer para que "nos possamos construir uma nova sede. Fone: 204-1366".

INÍCIO

Verena confessa que a creche nunca enfrentou problemas financeiros, pois sempre contou com a ajuda da Prefeitura e dos associados da instituição. E, a idéia de se construir uma creche no bairro, prossegue, nasceu "quando percebemos uma grande quantidade de mães que pediam esmolas de porta em porta, alegando serem obrigadas a isto porque não tinham onde deixar os seus filhos para trabalhar. Da idéia à prática o espaço de tempo foi muito pequeno. Nasceu a creche, que já está com uma experiência de dez anos".

DESPEJO AMEAÇA CRECHE NO JARDIM PERI VELHO

Oitenta crianças poderão ficar sem a creche "Meu Cantinho", na rua Desembargador Rodrigues Setti, no Jardim Peri Velho, Freguesia do O, caso sua direção não consiga evitar o despejo judicial, para desocupar o prédio. A entidade tem caráter beneficente e é mantida pela Instituição Assistencial Espírita Cristã "Meu Cantinho", fundada há dez anos. A presidente e fundadora da creche, Verena Scholze Borges, está pedindo a cessão de uma área municipal ou particular, nas imediações, para construir nova sede, "já que o proprietário do imóvel se recusa a qualquer acordo para que a creche permaneça no local", disse.

Instalada na área do Jardim Peri Velho, a creche atende também às crianças residentes do Peri Novo, pois na região não há creche municipal. Verena Scholze Borges informa que a creche consegue manter-se com uma subvenção que recebe da Secretaria Municipal da Família (ex-Cobes), com as mensalidades dos associados e com o resultado das promoções feitas periodicamente. "Nosso problema mesmo é a sede, pois o proprietário não aceita nem mesmo um aumento do aluguel. Ele quer o prédio de qualquer forma. A intimação que recebemos da Justiça já está com prazo vencido — 30 dias — e não sabemos o que fazer. Se a Prefeitura nos ceder uma área nas imediações, nós construiremos o prédio. Boa vontade é o que não nos falta para trabalhar", disse Verena.

Os pais das crianças matriculadas na creche pagam somente 500 cruzeiros por mês para manter seus filhos durante todo o dia no local. Verena lembrou que o funcionamento da creche garante o emprego de muitas mãos. "Estamos lutando para



A creche "Meu Cantinho" abriga, atualmente, 80 crianças

F. Tonde 15/10/82
evitar este despejo, mas se ele vier a acontecer, levaremos todas as crianças até o Zolapuera, para que o prefeito Antônio Salim Curiati veja de perto o nosso trabalho, que não pode sofrer interrupção", disse.

A creche funciona normalmente das 7 às 18 horas e ainda desenvolve um trabalho junto às gestantes carentes. Toda a medicalização necessária, e até o enxoval do futuro bebê, são cedidos pela instituição. Verena disse que a maioria das mães que deixam seus filhos na creche já está sabendo que há uma ameaça de despejo. "Mas preferem não acreditar na informação, porque correm o risco de perder seus empregos. A creche é o único lugar onde elas podem deixar seus filhos", disse, lembrando em seguida que o telefone

da entidade está à disposição para quem tenha um terreno disponível e queira oferecer "para que nós possamos construir uma nova sede. Fone: 204-1366".

INICIO

Verena disse que a creche nunca enfrentou problemas financeiros, pois sempre contou com a ajuda da Prefeitura e dos associados da instituição. "A idéia de construir uma creche no local — prossegue — nasceu quando percebemos que havia um grande número de mães que pediam esmolas de porta em porta, alegando serem obrigadas a isto porque não tinham onde deixar seus filhos para trabalharem. Da idéia à prática o espaço de tempo foi bem pequeno. Nasceu a creche, que já está com uma experiência de dez anos."

Nestlé concorda em sustar a propaganda do leite em pó

WASHINGTON — Uma comissão encabeçada pelo ex-secretário de Estado norte-americano Edmund Muskie informou ontem que a Nestlé concordou em alterar sua política de marketing do leite em pó, adequando-se às determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A OMS pediu à Nestlé e a outros fabricantes de leite em pó que deixassem de induzir, pela propaganda, as mães do Terceiro Mundo a trocar a amamentação natural — mais rica e mais adequada à criança — pelos seus produtos industrializados.

Muskie afirmou que a sua comissão independente propôs à Nestlé diversas alterações nas instruções que tem dado a seus representantes no Terceiro Mundo, e a empresa concordou com a idéia. "A Nestlé acatou prontamente as recomendações" — disse o ex-secretário de Estado.

LIMITAÇÕES

Fontes da companhia indicaram que, a partir de agora, desestimulará seus representantes no Terceiro Mundo de promover a venda de leite em pó, sugerirá o corte de toda publicidade do produto, e pedirá que

limitem a distribuição de amostras grátis a crianças que não podem ser alimentadas no peito.

Tais instruções valerão para os representantes da empresa na América Latina, África e Ásia.

CSB
15/10/82 r.19

Desconfiança de moradores atrasa pesquisa de saúde

O medo e a desconfiança dos moradores do Butantã ameaçam frustrar uma pesquisa inédita no Brasil, para determinar índices de subnutrição com reflexos psíquicos e sociais, além das sequelas físicas já demonstradas em outros trabalhos.

A pesquisa, promovida pelo Instituto da Criança — órgão ligado ao Hospital das Clínicas e Faculdade de Medicina da USP — é patrocinada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finesp) — subordinada ao Ministério do Planejamento — e foi exatamente aí que começaram as dificuldades, segundo Ednéia Primo, coordenadora do trabalho. "Os recursos demoraram a sair e quando, finalmente, foram liberados, já estavam defasados. Agora esperamos a sua correção."

Os problemas maiores, entretanto, envolvem a população a ser beneficiada. Por medo e desconfiança, os moradores do Butantã recusam-se a atender os pesquisadores ou evitam responder o questionário, argumentando que "depois passa mais gente para nos vender coisas e disso já estamos cheios".

A pesquisa previa, inicialmente, a visita a 2.200 domicílios, mas a resistência da população fez com que até agora, com três anos de trabalho, apenas 1.700 famílias tenham sido visitadas.

REFLEXOS

EMOCIONAIS

Ao contrário das pesquisas anteriores, que se fixavam nos efeitos físicos — como baixa estatura ou reduzida resistência a infecções — da subnutrição, o levantamento pretende, mais especificamente, traçar o perfil emocional e as relações da criança subnutrida com seus pais e familiares. Trata-se, segundo Ednéia Primo, de uma abordagem inédita do problema, não só no Brasil

como em outros países da América Latina e mesmo nos Estados Unidos.

O bairro do Butantã, frisou ela, foi escolhido por sediar um Centro de Saúde da Faculdade de Medicina e, por isso, já dispor de alguns dados de conhecimento dos responsáveis pelo levantamento. Os bons resultados da pesquisa, pondera Ednéia, abrem perspectivas para uma crescente aplicação da metodologia a nível nacional.

Ela advertiu que pesquisas anteriores localizaram a subnutrição não só em famílias de baixa renda, mas também em classes altas, "por alimentação inadequada, à base deiogurtes, chocolates, maioneses e outros produtos industrializados e sem valor nutritivo". Nesse sentido, o Butantã permite também uma amostragem significativa em termos nacionais, pois além das classes médias e alta que residem, por exemplo, no Jardim Bonfiglioli, existem no bairro várias favelas, abrigando parcelas da população com baixos níveis de renda.

A pesquisa, de acordo com Ednéia, se divide em cinco etapas: 1.º) levantamento da área, no caso do bairro do Butantã; 2.º) caracterização sócio-econômica da população, incluindo-se aí rendas e principalmente despesas com alimentos, além dos recursos comunitários como centros de saúde, creches, etc; 3.º) levantamento clínico-antropométrico, com a observação das diversas fases da criança — cuidados pré-natal por parte da mãe, parto, vacinação, internações — pesagem e medida de estatura; 4.º) levantamento emocional — a fase mais difícil e que tentará detectar as interferências que explicam a subnutrição e os próprios efeitos desta situação nas relações familiares; e 5.º) análise e conclusões finais.

Feminismo p 62 17/10/82

A mulher diante das eleições

IREDE CARDOSO

Aproximam-se as eleições e, nessa última rodada, aprofundam-se também as divergências políticas. Raros movimentos de mulheres mantêm-se em andamento, todas as suas participantes empenhadas na campanha eleitoral. O SOS Mulher está firme e comemorou seu segundo ano de existência proflua, no já consagrado Dia Nacional contra a Violência à Mulher. Em São Paulo houve, no domingo passado, uma manifestação no Parque Ibirapuera que marcou a data, para nós extremamente importante.

Também mantém seu trabalho a Pró-Mulher, com um programa cheio de sucesso na área do atendimento médico e planejamento familiar feminista, na Casa da Mulher, com cursos de sensibilização corporal, esclarecimentos políticos sobre a natalidade, discussão de aspectos da saúde pública, na área da população feminina. A Associação das Donas-de-Casa, a mais antiga entidade feminista de São Paulo dos últimos tempos, também vai comemorar 19 anos, espalhada em toda a periferia, empenhada em conscientizar a mulher e dar assistência médica consciente. O movimento das mulheres não esmoreceu com a campanha política.

Divididas entre partidos da oposição, as mulheres sentem-se algumas separadas e cheias de melindres para discutir suas diferentes posições políticas, no sentido de não ferir a autonomia do movimento feminista.

O feminismo, palavra ainda recebi-

da com muito preconceito, nasceu da consciência da opressão em que vive a população feminina, especialmente a trabalhadora que é a esmagadora maioria. Seja a dona-de-casa, trabalho pesado, considerado improdutivo e sem nenhuma compensação como tal, seja a que faz a famigerada dupla jornada de trabalho, seja a que se deixa devorar pelo trabalho fora de casa, todas as mulheres trabalhadoras sofreram, sofrem ou sofrerão na própria pele a questão da discriminação.

Nada mais justo que se liguem à oposição. Feminista não está na situação, a não ser que seja reformista, que esteja herdando o feminismo americano de Betty Friedan, seguindo o lema desgastado do "o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil". E não é feminista também, no sentido de interpretar a luta das mulheres oprimidas do chamado "Terceiro Mundo", as que se engajam em partidos nos quais é nítida a composição de interesses econômicos antagônicos.

Afirma-se que o feminismo é uma luta de classe média. Nesse sentido, em termos eleitorais, ele não teria peso algum. No entanto, essa falácia será demonstrada nessas eleições.

O curioso, entretanto, é que, em São Paulo, foram poucas as candidatas feministas a se lançarem, apoiadas pelo movimento de mulheres mais maciço. Outro aspecto que se tornou evidente, nessa eleição, é que as feministas que representam a maioria do movimento, não excluem,

de forma alguma, o apoio a candidatas que escolheram o discurso e a ação voltados para os problemas sérios da população mais excluída do sistema, mesmo que esse discurso e essa ação não contêmham, aparentemente, a especificidade da luta feminista.

E isso é fácil de entender. Lutar contra a expulsão de famílias que ocuparam terrenos desocupados é lutar também pela mulher, porque, nessas tragédias urbanas, em que a insensibilidade do governo, de modo geral, tem sido evidente, é a mulher (e a criança) a mais atingida. Diga criança como apêndice porque, para variar, a responsabilidade da criança e cuidado com a prole, estão sempre a cargo da mulher, na maioria das vezes esmagada pelas condições extremamente adversas às quais é submetida num sistema que prima pela crueldade e em contrapartida, exige doçura.

Lutar a favor de postos de saúde, escolas, transportes, água, luz, creches e contra o aumento do custo de vida tem sido estar ao lado de mulheres que formam a grande frente dos movimentos populares nos centros urbanos. Mas o que qualquer mulher que se engajou nesta luta por melhores condições de vida para a população sabe, é que, em todos esses casos, a condição da mulher tem sido um dos pontos em que a periferia, onde se encontra, o chamado, ridícula-mente, "sexo frágil", firma sua posição de refletir para organizada-mente, sair da condição de oprimida.

Estudantes de Arquitetura de Moji dão ótimo exemplo

ADRIANO MURGEL BRANCO

Estudantes de Arquitetura de Moji das Cruzes dão aos universitários de todo o Brasil um exemplo notável, que oxalá se incorpore às tradições universitárias deste País, carregadas de atos de desprendimento, de idealismo e até de heroísmo, quando a Nação o exigiu. Decidiram esses jovens construir uma creche para os pobres habitantes de localidade próxima a Moji, empregando para isso os recursos que gastariam nas festividades de formatura, ao lado de aplicarem os seus conhecimentos na elaboração dos projetos e a sua capacidade criativa e organizacional na mobilização da comunidade para uma ajuda, sob a forma de mutirão, nos trabalhos de edificação do prédio.

Esse ato de desprendimento, em que os estudantes abrem mão de um acalentado sonho, qual seja o da alegre comemoração de sua longa carreira de estudos, lhes trará certamente a compensação da alegria interior resultante do bem praticado. Propiciar-lhes-á, por outro lado, momentos de muito maior entusiasmo e companheirismo, na luta comum por um ideal nobre, do que os fugazes folguedos de uma festa de formatura, que muitas vezes terminam em bebedeiras e depredações, como aquele vandalismo de triste memória que recentemente sacudiu os alicerces tradicionais da veneranda Fundação Álvares Penteado.

Mas, acima disso, o caminho hoje adotado pelos futuros arquitetos de Moji das Cruzes lhes marcará indelevelmente a vida, que se inicia com um ato de madura consciência social. A própria sociedade receberá o impacto de uma decisão que se contrapõe drasticamente ao egoísmo que caracteriza hoje a disputa pelo progresso material.

Quando morreu John Kennedy, barbaramente assassinado por grupos que tiveram, em seu governo, interesses contrariados, um dos principais assessores do ex-presidente, Arthur M. Schlesinger, teceu comentário muito pertinente, que deveria estar na me-

mória de todos. Disse ele que a "agressividade" em que se apóia o desenvolvimento do mundo moderno, de que se orgulham pessoas, entidades e países que prosperam, acabou transpondo os limites da ética e da moral, convertendo-se por vezes em agressão bestial, como aquela que vitimara Kennedy e — eu diria — como as que vêm infelicitando nações inteiras.

Os jovens de Moji, em seu ato exemplar, oferecem à sociedade um momento de reflexão, quando marcam a sua decisão com a chancela da "cooperação" voltada ao bem comum. Cooperação que substituirá aos poucos essa desenfreada competição que vem infelicitando o mundo moderno.

Quando me diplomei em 1956, pretendi algo semelhante, proposto aos meus companheiros de universidade. Diante de um orçamento de festividades que exigiria de cada um de nós contribuição que se aproximava de meia anuidade vigente, pareceu-me despropositado o desperdício. A idéia alternativa foi precisamente a de construir-se algo de finalidade social, como um asilo, por exemplo, marcando-o com o próprio trabalho dos estudantes no campo da engenharia. Mas, a tradição das comemorações foi mais forte, apesar do estímulo recebido através da palavra abalizada de dois grandes devotos à causa social na época: o monsenhor João Batista de Carvalho, eminente editorialista do jornal "A Gazeta", e o deputado estadual Cid Franco.

Esta é mais uma pequenina razão, diante da grandeza da escolha dos jovens de Moji, que me leva a aplaudir com entusiasmo incontido. Queira Deus que a coletividade como um todo ampare a iniciativa, doando materiais, equipamento e dinheiro, emprestando a sua solidariedade e oferecendo o seu trabalho, para que o Brasil enxergue o novo caminho de progresso que se lhe oferece: o da cooperação.

• Adriano Murgel Branco é engenheiro, professor pleno na Escola de Engenharia Mauá, consultor em assuntos de transporte e administração e ex-diretor de Trólebus da CMTA.

que quer a comunidade os maiores dos... junto com a população, junto com...
FUP 20/10/82

“A população deve assumir o problema do menor”

SALETE RIZZO — PTB

Em toda a periferia de São Paulo o homem deixou de ser o único a contribuir para a renda familiar. A seu lado, lutando da mesma forma que ele, a mulher também trabalha fora, para aumentar a renda e as possibilidades do orçamento doméstico. Mesmo assim, entretanto, a maioria das famílias da periferia não tem condições de comprar um terreno, por menor que seja, e de construir seu lar.

Esse problema, que é muito mais grave em determinadas áreas, como

em Campo Limpo, onde se concentram em 140 favelas um total de 15 mil barracos, com 60 mil favelados, só poderá vir a ser resolvido através da venda de lotes urbanizados a baixo custo, pelo poder público, e de uma legislação específica que garanta, em cada loteamento, a reserva de algumas quadras, cujos lotes serão vendidos a preço mais baixo, para a população carente. Esses lotes poderiam ter área menor que os outros e o poder público se incumbiria de fornecer a seus compradores as plantas necessárias,

garantindo a qualidade da construção e a uniformidade do conjunto.

Esse é um projeto ambicioso, mas sem idéias corajosas não será possível resolver o problema de São Paulo e por isso há necessidade de uma legislação específica, que leve o comprador de um terreno que tenha mais posses a indiretamente subsidiar o lote mínimo, para o trabalhador carente.

Salette Rizzo é candidata a vereadora pelo PTB n.º 4679. Relações Públicas, desenvolve atividades assistenciais na periferia e junto às famílias e menores desamparados.

“Subsidiar terrenos é a solução para favelas”

ALCIDES GOTSFRIEDT FILHO — PDS

Não há cifras exatas. Mas, estima-se de 500.000 a 1 milhão o número de menores abandonados existentes em São Paulo.

Claro que, sem escolas, sem formação e depois sem emprego, os que sobreviverem serão potencialmente candidatos à marginalidade, ao crime, à prostituição.

Este é um drama que nossa megalópole precisa resolver. Contando só com os recursos do erário público, será impossível, a curto prazo, uma solução definitiva para o problema. O encargo precisa ser assumido por toda a população, as entidades privadas e inscrito como prioridade número um da administração municipal. É urgente a criação de mais creches, com assis-

tência médica e alimentar. Impõe-se a implantação de escolas, em regime de semi-internato, com ensino profissionalizante, convocando-se os setores da indústria e do comércio, para absorção da mão-de-obra gerada.

Além disso, os vastos equipamentos esportivos e de recreação de nossos clubes, mantidos ociosos durante os dias úteis, devem ser requisitados para aproveitamento, formação e desenvolvimento destes menores.

Uma campanha de “adoção”, fazendo com que as pessoas que tenham recursos patrocinem estas crianças abandonadas, possibilitaria a efetiva participação da comunidade e dos indivíduos na real solução deste problema.

Finalmente, atrás de cada menor

abandonado, existe sempre uma mãe desamparada. A assistência a estas mães, por via da Secretaria da Família, a ser criada pelo futuro governo Jânio Quadros, permitirá atingir e erradicar este mal pela raiz.

Só assim poderemos ter uma sociedade mais justa e uma cidade mais humana.

Alcides Gotsfriedt Filho, candidato a vereador pelo PDS, n.º 1681, é advogado e contabilista. A convite do ex-prefeito Reinaldo de Barros, foi durante três anos o administrador regional de Campo Limpo, onde desenvolveu importante trabalho em favor das populações mais carentes da periferia. Preocupado com os problemas habitacionais, foi o pioneiro do Programa Pró-Periferia.

“A comunidade deve participar das creches”

CONCEIÇÃO MARANGONI — PDT

Vários são os problemas que atingem a área urbana de São Paulo. Um deles será a base do nosso trabalho: creches comunitárias. Todos nós sabemos das dificuldades que uma mulher com filhos enfrenta, quando se vê obrigada a sair para trabalhar. Com quem deixar nossos filhos? Neste sentido, a proposta do PDT é de incentivar a criação de creches com pessoas da comunidade devidamente habilitadas no sentido de

atenderem a nossas crianças em suas necessidades físicas, intelectuais e sociais, nos bairros e vilas onde os reclamos da comunidade apontam maior necessidade.

Ao lado da luta por creches, propomos ainda a criação de minicentros de lazer e esportes, com pessoal treinado para “assimilar” a população infantil e juvenil — e esta constituirá prioridade do nosso mandato —, evitando que estas crianças fiquem pelas ruas, face à

impossibilidade de irem para seus lares, já que suas mães encontram-se em seus locais de trabalho na luta para lhes garantir sobrevivência. Assim, estamos efetivamente trabalhando para uma sociedade justa e igualitária, uma sociedade socialista.

Conceição Marangoni é candidata a vereadora pelo PDT, n.º 2630. É servente de escola, fundadora do PDT, moradora na Vila Rica. Participa na luta por melhores condições de vida da população.

“Falta honestidade na atual administração”

JOSÉ RICARDO TRÍPOLI — PMDB

O vereador, uma vez empossado, torna-se automaticamente advogado da população, cabendo a ele olhar pelos interesses da população, pelo interesse da comunidade. Na atual conjuntura política, torna-se difícil esta prática, uma vez que o Executivo centraliza as funções mais importantes. Hoje quem legisla é o Executivo. Para se ter uma idéia, as verbas suplementares (as que não precisam ser aprovadas pela Câmara dos Vereadores) são quatro ou mais vezes maior que as aprovadas. Através de decretos, o Executivo centraliza o poder, na medida em que pensa, gera verbas e executa, sem a aprovação dos vereadores, reais representantes das comunidades. Isso tudo tem que acabar, da mesma forma que o total desprezo que as autoridades têm pela população também tem que

acabar. Para se citar apenas alguns exemplos: o pagamento de certas desapropriações atrasam em até seis anos; o despreparo de nosso aparato policial gera ondas de violência e insegurança; a não racionalização dos transportes coletivos gera um déficit diário à CMTC de sessenta milhões de cruzeiros.

Defendo, além da descentralização do poder, uma maior autonomia para as regionais, tornando-as de fato miniprefeituras responsáveis e competentes, a fim de que possam dar maior e melhor assistência e atendimento à comunidade. Isso tudo necessita de honestidade e planejamento, qualidades inexistentes na atual administração. Sobre a honestidade (?) todos sabem... Sobre o planejamento, muito embora exista um órgão, a Cogep* (Coordenadoria Geral de Planejam-

to), que dá empregos nos vários escalões, planejamento é o que menos exerce. A Cogep nada faz além de homologar projetos de interesse da prefeitura. Por isso e muito mais, sabemos que é preciso mudar.

Trípoli é candidato a vereador pelo PMDB, n.º 5657. Tem 29 anos, é advogado militante e desde estudante demonstrou tendências à representatividade, fazendo política acadêmica. Na PUC, onde se formou, foi presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto. No bairro onde nasceu e foi criado, fundou e preside o Diretório do PMDB das Perdizes. Como profissional, trabalha junto ao deputado federal Samir Achoa em seu escritório de advocacia, de quem também é chefe de Gabinete. A aspiração à vereança surgiu naturalmente e tornou-se candidato a vereador levado pelo pessoal a quem assiste como profissional.

212
**Amamentação permite
licença remunerada** *22/10/82 295*

BRASÍLIA — Quando a empregada não tiver local próprio para amamentação em seu trabalho, como determina a lei, ela passará a ter uma licença remunerada, de seis meses. Esta decisão inédita foi tomada pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ao julgarem dissídio original dos empregados em empresas cinematográficas de todo o País.

“Anteriormente, explica o advogado Ulisses Riedel Resende, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, o Tribunal entendia que a execução da lei era assunto administrativo, da competência do Ministério do Trabalho. No entanto, os tecelões do Rio Grande do Sul, em seu úl-

timo dissídio, no âmbito do TRT, conquistaram a licença remunerada de seis meses, pois os empregadores vinham descumprindo a lei. E nós partimos agora justamente para dar este novo enfoque àquela reivindicação, o que foi acolhido pelo TST.”

Fertilizante

COPIAS

DA 'Muito Mais!

22/10/82
112

Creches realizam L72 encontro amanhã

O "1.º Encontro na Cidade de São Paulo", organizado pelo Movimento de Administradores de Creches Conveniadas da Zona Sul, a ser realizado amanhã, analisará a relação entre creche, mulher, Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.) e menor. As palestras estarão a cargo da Ordem dos Advogados do Brasil, do Movimento de Luta por Creches, do Movimento em Defesa do Menor, do Sindicato dos Têxteis de São Paulo e serão proferidos das 9 às 16 horas, no Colégio Boni Consili (Alameda Barão de Limeira, 1379).

Foram convidados para participar do encontro o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde, a Secretaria do Bem-Estar Social, o Sesc, Senac, Sesi, Senai, a Fundação Carlos Chagas, o Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, a Associação de Assistentes Sociais de Empresas e os Comitês dos Partidos Políticos.

/ OBJETIVOS

Segundo os integrantes do Movimento de Administradores de Creches Conveniadas de Zona Sul, o encontro servirá para fazer uma ampla análise sobre a relação creche, mulher, C.L.T. e menor, focalizando especialmente as falhas da legislação trabalhista no que se refere ao atendimento do menor e à proteção da maternidade da trabalhadora. No final, os participantes proporão "uma nova redação da lei e o seu efetivo cumprimento".

A proposta do encontro surgiu a partir do momento em que o Movimento de Administradores de Creches Conveniadas da Zona Sul percebeu que as instituições onde trabalham "são constantemente convidadas a firmar convênios com empresas cujo objetivo único é o cumprimento formal da C.L.T. sem, todavia, proporcionar um atendimento efetivo às mães trabalhadoras e a seus filhos".

FSB

22/10/82
11

Em debate a direção de creches

Cerca de 60 administradores de creches conveniadas, ou seja, estabelecimentos destinados a menores com até sete anos mantidos por entidades assistenciais que recebem verbas da Prefeitura, reuniram-se ontem durante todo o dia no seu 1.º Encontro de São Paulo. Foi debatida a relação entre creche, mulher, CLT e criança, com a participação de representantes do Movimento de Defesa do Menor, Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Movimento de Luta por Creches e Movimento de Administradores de Creches Conveniadas, entidades promotoras do Encontro.

Durante a sessão de abertura, a representante dos organizadores lembrou que a idéia de um debate envolvendo as pessoas preocupadas com o atendimento dos menores foi motivada pela constatação "do pouco ou nulo recurso existente para o atendimento do menor de até seis anos, uma vez que há uma demanda de 500 crianças para uma vaga".

O principal item abordado durante o Encontro foi a questão das falhas da CLT em relação à obrigatoriedade de as empresas manterem creches — ou convênios com esses estabelecimentos —, quando tiverem mais de 30 empregadas com idade superior a 16 anos. Segundo explicou Marisa Sousa, uma das coordenadoras do Encontro, essa legislação permite às empresas manter convênio com creches particulares, muitas vezes distantes dos locais de trabalho, desobrigando-se de qualquer responsabilidade no atendimento dos menores. Assim, denuncia Marisa, "as empresas procuram essas creches para assinar convênios para um determinado número de vagas — proporcional ao de empregadas —, garantindo que não é preciso se preocupar, pois o leito permanecerá desocupado".

Polícia apura morte de bebê no berçário

187. SP. 24/10/82 p. 36

RENATO LOMBARDI

O delegado Gilberto Adamo Sel-laro, do 14º Distrito Policial de Pi-nheiros, está apurando a morte da menina Camila de Oliveira Insfran, de três meses, ocorrida no dia 9 de setembro, no berçário e hotelzinho Baby's House, da rua Morato Coe-lho, 666. A mãe, Zelinda de Oliveira Insfran, acusa a direção do berçário de negligência e pretende processar a proprietária do Baby's House, Claudete Ferraz Tirotti.

Segundo Zelinda, que é auxiliar de departamento pessoal, no dia 9 deixou Camila no berçário às 7 horas e ela estava muito bem. A menina passara a frequentar o berçário des-de o dia 2, mediante o pagamento de Cr\$ 20 mil mensais. Na tarde do dia 9, recebeu um telefonema em seu tra-balho, informando que a filha estava doente e pedindo sua presença com urgência. Quando chegou, Claudete Ferraz Tiretti disse que Camila mor-rera. Naquele momento estava no berçário a médica pediatra Elizabeth Ribeiro Álvares Borges, que, de acor-do com Claudete, forneceria o atesta-do de óbito como parada cardíaca, "para que minha filha não fosse ne-cropsiada".

Zelinda procurou, no entanto, o médico da empresa onde trabalha e este recomendou a necrópsia, que acabou atestando a morte de Camila como "insuficiência respiratória agu-da: broncopneumonia respiratória e edema cerebral". Zelinda disse à po-lícia que sua filha, naquela manhã, fora deixada no berçário com um macacão branco e casaco azul; ao encontrá-la morta no berço, vestia um macacão cor-de-rosa. O macacão branco foi encontrado dias depois pelo zelador do berçário e mandado para o Instituto de Criminalística. O laudo deverá ser entregue esta sema-na. Zelinda de Oliveira Insfran acredi-ta que deram de mamar para sua filha e ela, sozinha no berço, "vomi-tou e regorjitou, o que provocou a morte por insuficiência respirató-ria".

A proprietária do berçário Ba-by's House foi ouvida pela polícia, bem como a médica Elizabeth Ribe-ro Álvares Borges e a babá Maria Madalena Lima dos Santos, encarre-gada de cuidar de Camila. Claudete explicou que há três meses, em socie-dade com duas colegas, assumiu a

propriedade do berçário e hotelzi-nho, que cuida de crianças de três meses a três anos, sendo auxiliada na direção por Aparecida Tonelli Ro-drígues, que supervisiona o serviço, e três babás: Maria Madalena Lima dos Santos, Margarida dos Santos Ferreira e Marlene Isabel dos Santos.

Sobre Camila, declarou que o bebê tomava suco às 10 horas e ma-mava às 12 horas, 15 e 18 horas. No dia 9, foi avisada por Aparecida To-nelli da morte de Camila e soube que às 10 horas o bebê tomara suco de laranja com cenoura, dado por Ma-dalena. Tomara sol até as 11 horas, quando foi levada para o berço. Às 12 horas, Madalena subiu para dar de mamar a Camila e verificou que ela "estava pesada", avisando as outras funcionárias.

Explicou que fizeram respiração boca a boca, mas sem resultado. A criança estava morta. Telefonaram, então, para Claudete, que se encon-trava numa clínica infantil no Ipiran-ga, onde é diretora.

A médica Elizabeth Ribeiro Ál-vares Borges é pediatra na clínica do Ipiranga e presta serviço para o ber-çário de Claudete, a quem acompa-nhou quando soube que morrera uma criança no Baby's House. Ao examinar a menina, verificou que estava morta e soube que "Camila era uma criança sadia".

A babá Maria Madalena Lima dos Santos, de 23 anos, trabalha no berçário há um ano e um mês e declarou à polícia que Camila ficou no hotelzinho menos de uma sema-na. No dia 9 foi deixada pela mãe às 7 horas. Ela negou que tivesse trocado as roupas do bebê, alegando que "só trocou as fraldas". Às 10 horas deu suco de cenoura para Camila e ficou com ela no colo, tomando sol, até as 11 horas, quando a levou para o berço. Ao meio-dia foi buscá-la para mamar e viu que Camila "estava mole". Ficou assustada, chamou Marlene e Aparecida e as três consta-taram que "o bebê estava morto e limpo". Tentou fazer respiração boca a boca, mas não adiantou.

Esta semana, com a entrega do laudo pericial do Instituto de Crimi-nalística, deverá ser instaurado o in-quérito e outras pessoas serão ouvi-das, inclusive as mães de crianças que estavam naquele dia no berçá-rio.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *C. Est. SP. Aviz*Data: *24/10/82*Pág.: *24*

Pasta n.º

N.º do recorte

Creche para carentes vai pagar ICM

Est. SP. 24/10/82 p. 24

O Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno, que atende hoje 170 crianças do Butantã, está ameaçado de não poder ampliar suas instalações para abrigar um número maior de crianças carentes: um convênio nacional determina, já a partir deste mês, que todas as entidades que comercializam algum produto sejam enquadradas no pagamento de 16% de ICM.

A informação foi confirmada por um funcionário da área tributária da Secretaria da Fazenda e, ao mesmo tempo, por Blandina Meirelles, presidente da creche, assustada "com a fúria do ICM, que não poupa nem uma entidade como a nossa, reconhecida como de utilidade pública e com objetivos essencialmente sociais".

Com 40 funcionários e uma despesa mensal em torno de Cr\$ 1 milhão, o Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno sobrevive graças aos convênios que mantém com o Juizado de Menores, Cobes e Febem, à ajuda que recebe da Prefeitura e do Estado e aos donativos. No entanto, é a oficina de costura, que fornece aventais e uniformes para empresas como Sadia e Sabesp, que responde por grande parte das despesas da entidade, além de proporcionar trabalho para as mulheres do bairro.

Foi com o lucro da oficina de costura que a creche pôde concluir, em 1980, seu berçário, que atende atualmente 52 crianças de três meses a três anos. E é com ele que Blandina pretende concluir a montagem de uma miniusina para produção de leite de soja que, além de suprir as necessidades da entidade, será fornecido à população carente do bairro por preços simbólicos.

Hoje, o Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno dispõe de gabinete odontológico, consultório médico, salas para crianças matriculadas no maternal, jardim e pré-primário — são 120 entre três e sete anos —, berçário, lavanderia e oficina de costura, além de manter duas vezes por semana, um plantão social que atende aos moradores de Rio Pequeno, fornecendo agasalhos, alimentos, gás, sapatos, remédios e, muitas vezes, dinheiro para o pagamento de aluguéis ou prestações de casas e lotes. Segundo Blandina, a partir de março a creche receberá também crianças entre sete e 10 anos que, depois da escola, irão para lá estudar e lanchar.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *O Est. Paraense*Data: *27/10/82*Pág. *1*

Pasta n.º _____

N.º do recorte _____

Mortes por parto dobram em Belém

27/10/82
Do correspondente em
BELEM

Embora a mortalidade infantil tenha diminuído nos últimos dois anos, após atingir o ponto máximo em 1979, a Secretaria de Saúde do Pará informou que as mortes de crianças com menos de um ano de idade causadas por problemas perinatais praticamente duplicaram: em 1978, as mortes decorrentes de problemas durante o parto representavam 23,1% dos casos fatais registrados, mas no ano passado chegaram a 42,7%, transformando-se na principal causa da mortalidade infantil em Belém.

Genericamente, os técnicos atribuem tão elevada proporção de mortes por causas perinatais às cesarianas realizadas sem muitas cautelas ou desnecessárias.

A taxa de mortalidade infantil regrediu de 55,6 crianças mortas por cada mil nascidas vivas, em 1972, para 51,8 no ano passado, após ter experimentado um ponto mais elevado em 1970, quando atingiu o índice de 70,8 por mil. Apesar dessa queda da média, em alguns bairros de Belém a situação ainda é crítica, como na Sacramenta, onde morrem 126 crianças com menos de um ano de idade em cada mil. *27/10/82*



Foto Matuile Mayeso

A rede de esgotos extravazou e invadiu o interior do prédio.

Esgoto interrompe a atividade da creche de Burgo Paulista

Setenta crianças não puderam ser atendidas ontem pela creche municipal de Burgo Paulista, em Ermelino Matarazzo, na zona Leste, porque as instalações de esgoto apresentaram problemas em todo o prédio, entregue à população em agosto deste ano pelo prefeito Antônio Salim Curiati. Esta não é a primeira vez que a creche interrompe os seus trabalhos, o que levou os moradores a denunciarem o problema à "Folha Emergência".

A Secretaria da Família e do Bem-Estar Social prometeu solucionar o problema ainda ontem e um técnico disse que "possivelmente amanhã (hoje), tudo voltará à normalidade". Cinquenta e duas mães foram obrigadas a permanecer em casa com os seus filhos, pois só tiveram conhecimento da interdição da creche às 6 horas da manhã de ontem.

Uma delas, Maria José Santos, disse que duas colegas perderam o emprego ontem mesmo "e as demais, vão perder pelo menos um dia de serviço", lembrando os problemas que a creche vem apresentando desde a inauguração.

PROBLEMAS

"Desde o dia em que a Prefeitura entregou o prédio à população não para de aparecer problemas e as mães são sempre surpreendidas no momento em que vêm trazer os filhos. Uma vez faltou gás; outra, o prédio foi interditado para ser detetizado,

sem prévio aviso; e o problema anterior a este do esgoto aconteceu com a rede elétrica: os chuveiros passaram a canalizar água pelos conduítes elétricos. Apareceu por aqui o pessoal da manutenção, mas a questão não foi totalmente solucionada, já que muitos chuveiros ainda estão interrompidos", disse Maria José Santos.

O prédio, na opinião das mães, apresenta um sério defeito interno: uma grande rampa revestida de um cimento grosseiro. "Frequentemente há acidentes com as crianças, que deveriam ter o local protegido com borracha", disse Maria José, mostrando em seguida o "defeito do escorregador do parquinho da creche".

Ao final do escorregador há uma base de cimento, o que tem provocado, segundo Maria José, vários acidentes com as crianças. O defeito do escorregador de cimento já foi mencionado pelas mães, "mas até o momento ninguém tomou providências".

CAPACIDADE

A creche municipal está funcionando parcialmente, por não dispor de funcionários suficientes para cuidar das crianças e de todos os equipamentos necessários. O prédio pode abrigar 108 crianças — número reconhecido pela Secretaria — mas só acolhe 70. As 38 crianças restantes já estão matriculadas, mas sem condições de ser recebidas no local.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Café São Paulo*Data: *29/10/82*Pág. *17*

Pasta n.º

N.º do recorte

LII Anti-hormônio evita concepção

Há trinta anos, nasce a contracepção hormonal, inventada pela equipe de um endocrinólogo americano, Gregory Pincus. E, desde então, as pesquisas sobre os anticoncepcionais aumentaram constantemente: as pílulas normodosadas dos anos 60, as minipílulas dos anos 70, comportando respectivamente uma taxa superior ou inferior a 50 microgramas de etinil estradiol, os hormônios hipotalâmicos Gn-RH, os anticoncepcionais masculinos pelas progesteronas e testosteronas.

Segundo os especialistas, a progesterona é secretada na segunda metade do ciclo menstrual pelo corpo-lúteo. É responsável pela proliferação da mucosa uterina e permite a implantação do óvulo fecundado. Sua presença inibe outras ovulações. Na ausência de fecundação, com o estreitamento do corpo-lúteo, no fim do ciclo, a parede uterina se torna mais fina e a hemorragia menstrual sobrevém por volta do vigésimo oitavo dia do ciclo. No caso de fecundação, a progesterona mantém a gravidez graças à proliferação da mucosa uterina. A pílula atual contém em diferentes graus os dois hormônios femininos: por um lado, a progesterona, que inibe a ovulação e a implantação do óvulo fecundado, e, por outro lado, o estrogênio, que regulariza o ciclo. Foi o começo de um controle seguro dos nascimentos. Apesar da difusão em grande escala dos estroprogestativos, é preciso constatar, para a utilização dessa pílula, certos inconvenientes, como a obrigação de tomar diariamente a pílula durante 3 semanas do ciclo, independentemente da atividade sexual e da impregnação hormonal do organismo. Para as mulheres que já têm certa predisposição, constata-se ainda complicações vasculares.

Uma nova era poderia surgir para a contracepção, que não mais repousaria na supressão da ovulação, mas na provocação das menstruações pelo bloqueamento dos receptores hormonais, se forem confirmadas as experiências de Etienne-Emile Baulieu, apresentadas à Academia Francesa de Ciências, afirmam alguns especialistas. Esse pesquisador revelou a fórmula Química do RU 486, síntese de uma substância anti-progesterona. A administração da droga é oral e limitada a dois ou quatro dias. Sua ação se opera seletivamente em órgãos visados, ao contrário dos estroprogestativos em utilização. O bloqueamento dos receptores à progesterona pode provocar as menstruações, administrando-se a antiprogesterona no vigésimo sétimo e vigésimo oitavo dias do ciclo, havendo ou não fecundação. A outra indicação maior é a interrupção precoce da gravidez, com a administração diária de 200 mg, durante 4 dias.

A descoberta resulta de uma colaboração entre a pesquisa fundamental e a pesquisa aplicada: uma equipe universitária do Inserm e um laboratório industrial, Roussel-Uclaf. Desde a descoberta, nos anos 70, da estrutura do receptor à progesterona, feita por Milgrom, Atger e Baulieu, no Hospital Bicêtre de Paris, assiste-se agora às primeiras aplicações clínicas, a título experimental, pelo professor Walter Herrmann, do Hospital Universitário de Genebra. De 11 pedidos de interrupção da gravidez de oito semanas, o aborto se deu nove vezes entre 24 horas e oito dias. O interesse científico e médico da descoberta é considerável, e vários organismos mundiais, preocupados com os problemas demográficos, já solicitaram participar nas experiências clínicas, declararam seus responsáveis.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *West. São Paulo*
Data *30/10/82*
Pág. *2*

Pasta n.º

N.º do recorte

As creches do ex-prefeito...

WV *Est. 30/10/82* *2*
Sr.: Lamentavelmente até o dia 15 de novembro, dia das eleições, teremos que suportar as poluições sonora e visual que nos obrigam os candidatos, com os seus cartazes colocados por todos os lados e com os seus *curriculum* nas TVs. Porém, o que me indigna é a propaganda do sr. Reynaldo de Barros, quando diz que São Paulo tinha três creches e o sr. Reynaldo fez 330. A quem este senhor acha que engana? São Paulo tem quase 500 anos e até há

uns três ou quatro anos atrás só existiam três creches? Que fizeram os prefeitos que antecederam o sr. Reynaldo? Gostaria de obter respostas a estas perguntas por intermédio desse conceituado jornal e, se possível, nessa coluna. Respostas estas que, na minha opinião, já deveriam ter sido publicadas pelos muitos e dignos prefeitos que São Paulo já teve. Grata pela publicação desta. O. M., Capital

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*
Data: *30/10/82*
Pág. *33*

Pasta n.º

N.º do recorte

111 Mamãe, põe a Rita Lee

"Se você está grávida, não toque rock' n roll para o seu bebê." Quem diz é o Dr. Thomas Verny, um psiquiatra canadense, no "Daily Express" londrino. "O rock é muito alto. Deriva-se da agressão adolescente. Se eu tivesse que escolher música para bebês, tocaria alguns clássicos — Mozart, Vivaldi, Scarlatti." O médico anti-rock é autor do livro "The Secret Life of The Unborn Child". As mães, pelo mundo afora, não andam se entusiasmando muito com o seu conselho.

54 30/10/82 80 33

Você é ainda menina quando os estrangeiros invadem sua aldeia. Pela madrugada matam as mulheres mais velhas, as crianças mais novas, os anciãos e os homens que se encontram em casa. Mas deixam algumas jovens vivas, entre elas, você. Depois, os estrangeiros despem todas vocês, e as levam, em veículos militares, para a cidade maior. Nuas, vocês são reunidas nas esquinas. Os homens passam, gritam-lhes palavrões pesados. Alguém cospem, outros fazem gestos obscenos.

Quando a soltam, você não encontra mais a família, e é empurrada, com milhares de outros compatriotas, para uma faixa do deserto, onde, em lugar de sua casa secular, onde sempre viveram os seus, entre jardins e pomares, há uma tenda de lona. Todos os dias entregam-lhe uma ração de comida industrializada, vinda de longe. Em volta há crianças enfermas, homens enfermos. Mas é preciso viver: você acaba se enamorando de um compatriota, casando-se, tendo também seus filhos, debaixo dessas mesmas tendas, que desbotam e apodrecem no deserto.

Você é uma mulher palestina. Uma das muitas que ainda sobrevivem, e podem contar a história de seu povo, desde o massacre da aldeia de Deir Yassim à matança de Chatila e Sabra: de abril de 1948 a setembro de 1982. Nas duas datas — entre outras datas — há a assinatura de um homem: Menachen Beguin.

O sabre ainda gotejante

Resumamos um pouco a história: em 1947, as Nações Unidas decidem dividir a Palestina em dois estados, um deles destinado a acolher o "Lar Nacional Judeu", que o sionismo vinha reivindicando com o apoio da Inglaterra. O mundo inteiro se encontrava sensibilizado pelo que ocorrera com os judeus na Europa, perseguidos e assassinados por Hitler, e não houve dificuldades para a aprovação do projeto.

Já havia muitos judeus na Palestina, imigrados clandestinamente, durante os decênios anteriores. E quando se decide a criação do Estado de Israel, antes mesmo que ele seja proclamado, as organizações terroristas "Haganah", "Irgun" e "Stern" lançam o pânico.

Na noite de 9 de abril, em episódio de que se vangloriará mais tarde o sr. Beguin, um bando de terroristas da Irgun, bem armado, cerca a aldeia de Deir Yassim, que, em árabe, quer dizer "O Convento do Profeta". Os alto-falantes despertam os moradores, que saem apavorados para fora de suas casas. Os terroristas chacinam-nos.

Vinte e quatro horas mais tarde um observador da Cruz Vermelha Internacional, o suíço Jacques Renier, consegue entrar na aldeia. E relata:

"Chego, com meu comboio, à aldeia. A tropa está em uniforme de campanha, com capacetes. Todos jovens e até adolescentes, homens e mulheres armados até os dentes: pistolas, metralhadoras, granadas e grandes sabres empunhados. A maior parte das lâminas ainda sujas de sangue. Uma moça bela, mas de olhar criminoso, exhibe o seu, ainda gotejante, que ela ostenta como um troféu...

Entro na casa. O primeiro quarto é sombrio, tudo em desordem, mas não há ninguém. No segundo, entre os móveis espantados, os cobertores, os cacos de toda sorte, alguns cadáveres frios. Aqui fizeram a limpeza a baioneta, depois a granada, terminaram na faca, está à vista. E o mesmo

A guerra na Palestina, de Chatila a Deir Yassim

A mulher palestina sabe o que é guerra desde o massacre de abril de 1948 em Deir Yassim. Hoje, mais de quatro mil delas estão nos cárceres israelenses. Chatila e Sabra não são de hoje.



espetáculo no quarto seguinte. Mas, ao sair, ouço um gemido. Procuo por toda a parte, verifico cada cadáver, até que encontro um pezinho ainda quente. E uma menina de dez anos, toda estropiada por uma granada, mas ainda viva... Em cada casa, o espetáculo é o mesmo. Encontro apenas duas pessoas ainda vivas, duas mulheres, das quais uma velha avozinha, escondida atrás de um monte de lenha, onde se mantinha imóvel, havia pelo menos 24 horas."

Algumas das jovens sobreviventes de Deir Yassim foram levadas para Jerusalém, e, inteiramente nuas, exibidas nas esquinas.

Em seu livro "Seven Fallen Pillars", John Kimche resume os fatos:

"Sexta-feira, dia 9 de abril de 1948, uma tropa de "comandos" compreendendo soldados da "Irgun" e da "Stern", atacou a aldeia. Não tinham qualquer razão particular para isso. Nada do que disseram poderia justificar o massacre de 250 árabes inocentes, entre os quais mais de cem mulheres e crianças. Não foi menos desagradável o desfile organizado em seguida, pela Irgun, de certo número de infelizes prisioneiras árabes através das ruas de Jerusalém."

Mas houve alguém que assumiu o massacre de Deir Yassim: o atual primeiro ministro de Israel e, então, dirigente da "Irgun". Em seu livro "A Revolta", diz o sr. Menachen Beguin:

"O pânico esmagou os árabes. A impressão criada pela operação de Deir Yassim corresponde à força de seis regimentos do

Exército. No resto do país, os árabes começaram a fugir, mesmo antes de encontrarem tropas judias."

Seis décadas de luta

As mulheres palestinas organizaram-se pela primeira vez em 1921, ao criarem a "União Geral das Mulheres Palestinas". Já naquele tempo se levantavam contra a opressão "inglesa e sionista". Os ingleses, seguindo a declaração Balfour, de 1917, procuravam facilitar o estabelecimento dos judeus no território.

A organização vai crescendo com dificuldades: as mulheres devem enfrentar não só o inimigo estrangeiro, mas também os próprios preconceitos em uma sociedade islâmica, na qual o homem é senhor absoluto.

Em 1936 — um ano importante na história da resistência palestina, quando há uma demorada greve geral — as mulheres decidem realizar um boicote contra mercadorias estrangeiras. A greve geral é seguida de manifestações insurrecionais, violentamente reprimidas pelos ingleses. A União foi, naquele momento, o único apoio das famílias dos mortos e presos políticos. E participou da luta na confecção de fardas para os revolucionários e arrecadação de recursos para a compra de armas. Durante os combates de 1936, as mulheres palestinas tiveram a sua primeira heroína, Fátima Ghazal, morta em Ein Chazoun.

Durante o doloroso e sangrento processo de divisão da Palestina, em 1948, não fo-

ram poucas as mulheres assassinadas pelos grupos terroristas da "Haganah", da "Irgun" e da "Stern".

A luta hoje

A partir de 1967, com a segunda grande expulsão de palestinos de seus lares, a União intensifica sua atividade política, ampliando suas bases populares e fortalecendo-se organicamente.

Ao longo dos anos, as mulheres palestinas entenderam que não basta lutar apenas pela independência jurídica formal. A independência só será obtida para seus povos e consolidada com a mudança do sistema econômico, estabelecendo-se uma sociedade igualitária. Assim, não só todos serão iguais como cidadãos, mas também como seres humanos. Ao sentirem isso, as dirigentes da União decidiram integrar-se na OLP. Porque o propósito da OLP, à qual se integra a União das Mulheres Palestinas, é realizar uma revolução, estabelecendo o Estado Palestino sob um regime de vanguarda.

A mulher já está sendo preparada para esta nova realidade. De uma certa forma, ela já começa a ter um outro papel na sociedade: com a expulsão, os palestinos ricos perderam o que tinham e há um nivelamento forçado, hoje, de todos. A mulher, frente às exigências da guerra, teve que ocupar um papel cada vez mais importante na produção, e isso aumenta sua força política.

Força política e participação bem ativa. De acordo com as informações disponíveis, há mais de 4.000 mulheres palestinas nos cárceres e campos de concentração de Israel. Das fileiras de mulheres combatentes também veio contribuição de sangue e coragem e o povo palestino reverencia, em diferentes datas, a memória das dirigentes revolucionárias fedayins (palavra árabe que significa mártires) mortas em combate: Adila Al Fatairy, Yusra Toukan, as irmãs Khourchid, Juliette Zaka, Hayat Bilbessy, Helwa Zaidan, Jamila Salen, Diba Atiya, Haja Abdu Amashed, Shadia Abou Chazaled, Zakia Albatal, Fatma Behlak, Samira Badram Hana, Zeinab, Lina Nabulsi, Tamen Astitian e Kadija Kassem Sahawhana.

Mas não apenas a mulher militante e quadro político da União Geral das Mulheres Palestinas estão comprometidas com a resistência ao invasor. As que se encontram na retaguarda também. Nos territórios ocupados encabeçam as manifestações populares contra a ocupação sionista.

Nos campos de refugiados elas são trabalhadoras, cuidam das crianças e dos enfermos, ajudam a administrar os reduzidíssimos recursos. Mas ainda encontram tempo para o adestramento militar, para o estudo e para o lar. Porque ali, como em qualquer lugar em que povos inteiros são ameaçados de extermínio, a maternidade passa a ser um dever patriótico. E necessário garantir a sobrevivência da Nação nos filhos.

As mulheres têm sido as mais sacrificadas na luta. Quando em Deir Yassim, segundo o depoimento de sobreviventes, os "comandos" abriam o ventre das mulheres grávidas para destruir a vida que geravam, os terroristas queriam estabelecer suas fronteiras também no futuro. Agora, nos campos de Sabra e Chatila, as coisas se repetiram: os falangistas "cristãos", atizados pelos israelenses, esquarteraram a sabre mulheres e crianças.

Wania Santayana

Chela, a primeira-dama de palha de aço nas mãos

Marido eleito, lá vai a primeira-dama ao encontro de sua nobre missão: levar um pouquinho de conforto àquele bando de pobres que a maldade tupi não se cansa de chamar de carentes. Uma merenda escolar aqui, um cafuné num pretinho ali e pronto: na maioria dos casos está cumprida a obra assistencial do governo.

Mas há exceções, podem estar certos. Só que, na maioria das vezes, a mulher que se aventura a dar um passo maior acaba pagando um preço muito caro pela ousadia. Graciela Flores Piteri, ou dona Chela, como é conhecida a esposa de Guaçu Piteri, ex-prefeito de Osasco, representa perfeitamente essa trajetória. Durante os dois mandatos de seu marido, levou adiante um trabalho comunitário para marmarinho nenhum botar defeito. Foi direto ao assunto: se a população dos bairros mais pobres queria uma creche, tudo bem: arrumava-se uma casa e mão à obra. E lá estava a primeira-dama, palhinha de aço nas mãos, limpando o chão do imóvel junto com o grupo de faveladas. Resultado: senhoras sisudas de Osasco não podem sequer ouvir falar de seu nome. Para elas, Chela não passa de uma aventureira peruana que veio encher a pacota Osasco de uma indesejada agitação. "Mas tudo bem — afirma Chela —, meu grande prazer é ver que em Osasco as mulheres foram capazes de virar o barco: de deixar a condição de objetos e se tornar sujeitos de suas próprias vidas."

Chela veio parar no Brasil via matrimônio. Peruana, engenheira industrial, recebeu uma bolsa de estudos da Universidade de Cornell. E foi lá que conheceu Guaçu Piteri, que fazia o mesmo curso. Brincalhona, Chela resume a rapidez desse amor: "Eu nem tive tempo de terminar o master mas, em compensação, foguei o mister."

E foi então que mr. Piteri voou para Lima a fim de conversar com os pais de Chela. Era 1963, quando, a

28 de dezembro, os dois se casaram e vieram morar no Brasil. Piteri já mantinha sérias ligações com a política, sendo então uma espécie de grande esperança jovem. E, embora Chela tivesse relutado um pouco, em 1966 Piteri foi eleito prefeito da cidade. As primeiras reuniões políticas, é bom que se diga, assustaram um pouco a limenha.

"Na primeira-em que participei, um senhor do partido me disse: bom, a cozinha é naquela porta.

As mulheres estão todas lá."

Para Chela, que já havia participado ativamente de movimentos políticos em seu país, as incursões como primeira-dama do município cheiraram a susto. Na pequena sala da Sasmó — Secretaria de Assistência Social do Município, o símbolo da entidade lhe deu uma primeira idéia das expectativas da máquina burocrática com relação à sua atuação: uma mão pobre e calejada por baixo e, por cima, uma outra, em gesto de auxílio, bem delicadinha e forrada de esmalte.

Chela logo mudou o símbolo e a orientação da entidade. E partiu para a periferia da cidade. Seu principal intuito era o de mobilizar esse pessoal economicamente marginalizado, em especial as mulheres, dando-lhes consciência de que podiam e deviam reivindicar. As críticas não tardaram e, por incrível que pareça, vieram de setores bastante diversos entre si. A posição da direita perguntava: "irrequieta"; "Por que você não deixa que o povo continue mudando?" Chela respondia na lata: "Não sou fazendeira e essas pessoas não são carneiros. Até um cão, quando tem fome, late".

A oposição da esquerda ficou por conta de seu grupo de dez assistentes so-



ciais. Todas se demitiram sob o estúpido argumento de que o trabalho comunitário retardava o despertar da consciência popular. Éta Brazilzinho danado...

A equipe foi refeita com assistentes sociais pernambucanos fixadas em São Paulo por motivos políticos. E, pouco a pouco, foram pintando os primeiros resultados concretos. Surgiram as primeiras associações de bairros e foram eleitos vereadores diretamente ligados a elas. Todo esse trabalho de participação comunitária tinha nas mulheres das favelas e periferia de Osasco notáveis aliados. "Afinal, eram elas que sofriam diretamente na carne os piores problemas. Seus maridos, que trabalhavam o dia todo, mal tinham tempo de discutir os problemas do bairro".

Em 1968, um grupo de mulheres de Vila Isabel, um dos bairros mais pobres do município, procurou Chela, pedindo-lhe uma

creche. "A pós muito trabalho, em que limpávamos juntas o chão com palhinhas de aço, criamos a creche: a primeira de Osasco, chamada Recanto Alegre".

Terminado o mandato, Piteri não se reelegeu por uma pequena quantidade de votos. Só voltou à Prefeitura no mandato seguinte. E Chela deu novo rumo à sua atuação. O objetivo era atender mães que trabalhassem fora e cujos filhos, entre 7 e 14 anos, não tivessem onde ficar nas horas livres do dia. Foi assim que nasceram os Centros de Vivência financiados pela Prefeitura.

Esses centros foram uma espécie de embrião para aquele que sempre foi o maior sonho de Chela: uma instituição que recolhesse os moleques largados pela rua. Certo dia, obteve uma casa para consolidar esse projeto. Hernandez, Washington e Cláudio foram os três primeiros habitantes do local. Nelas as portas não se fechavam e a molecada

permanecia ali voluntariamente, podendo partir quando bem entendesse. Damião, que perguntado sobre seu sobrenome disse que não tinha, "é só Mião mesmo" — foi um habitante desse recinto que um dia ele próprio batizou como "Lar dos Meninos".

O repórter teve vontade de conhecer uma dessas instituições "in loco". Mas Chela logo advertiu que dificilmente seria recebido se fosse até lá acompanhado por ela. Para provar, Chela telefonou para um dos Centros de Vivência, deixando que o repórter ficasse à escuta em uma extensão do aparelho. Resultado: a assistente social, aflitíssima, pedia encarecidamente que Chela não fosse até lá, pois seguramente seria despedida.

Soa a brincadeira, mas coisas desse tipo ocorrem aos montes por esse Brasil afora. Tudo se explica: quando da reorganização partidária, o vice-prefeito praticou o ato vulgarmente conhecido pela expressão

"saltar de banda". E Osasco, cidade de grande potencial opositorista, acabou virando um minado reduto do governo. Agora que as eleições se aproximam, o temor dos pedessistas com relação a Piteri se estende até Chela. Ela é, afinal, uma espécie de fantasma sempre a rondar suas esperanças de vitórias nas urnas. Seu longo trabalho com as mulheres da cidade justifica plenamente esses temores.

Cansada disso tudo, Chela? "Não. Embora eles usem de todo tipo de preconceitos e provocações, a luta está apenas no começo." Uma expressão de vivacidade confirma sua avaliação. Embora Guaçu, com seu jeito bonachão, lembre que Chela não é mais a menina peruana dos tempos da Cornell. E completa com aquele ar de interiorano: "Afinal, ela já saiu dos 'inta' e entrou nos 'enta'". E, concorda Chela, "mas a luta da gente não tem idade". J.R.G.

O leite materno, princípio da vida.

Dulce Damasceno
Psiquiatra

A atual campanha a favor da amamentação parte de um dado estatístico preocupante: apenas 20% das mães, em qualquer classe social, estão fornecendo a seus bebês, durante 6 meses, o mais perfeito alimento para essa etapa da vida — o leite materno.

A composição química deste leite, naturalmente, é a mais adequada aos órgãos digestivos da criança (como em qualquer outra espécie animal!). Ele não contém germes ou impurezas, não necessita fervura ou adição de farinhas, contém anticorpos que protegem o bebê contra infecções e defende-o de alergias.

Além de todas essas vantagens de ordem física, existem as vantagens psicológicas da amamentação, pois o aleitamento natural reúne todas as condições necessárias para iniciar e fortalecer o vínculo afetivo entre a mãe e a criança, costumando ser

fonte de intenso prazer para ambas. Já foi visto que os recém-nascidos portadores de doenças, que necessitam permanecer hospitalizados, só se desenvolvem bem quando as mães têm permissão para cuidar de pelo menos alguns aspectos de sua rotina e em especial quando a mãe pode amamentá-los. Não se trata aqui apenas do valor biológico do leite materno, mas principalmente da ligação afetiva que se estabelece.

Muitas mães desistem de amamentar porque as primeiras experiências foram desajeitadas, frustrantes e logo se introduziu a mamadeira. Para que isso não aconteça, atualmente se pensa que logo após o parto o recém-nascido deve ser colocado ao seio, que ele suga fortemente de maneira instintiva e já nesse momento começa o aprendizado da mãe sobre as características próprias de seu bebê. O aleitamento natural também é favorecido

pelo alojamento do bebê no mesmo quarto do hospital com sua mãe, que poderá alimentá-lo nos horários em que chora de fome e não apenas em horários marcados, administrativamente pelos berçários tradicionais.

Outras mães desistem cedo da amamentação por sofrerem rachaduras no bico do seio ou inflamação da mama (mastite). Estes problemas acarretam muita dor, mas se resolvem rapidamente com medicação, aplicação de calor, massagens. Mesmo que a criança engula sangue ou até pus junto com o leite materno, nada lhe sucederá. É preferível que o bebê mame mais vezes no seio sem problemas, enquanto se trata daquele que inflamou, do que logo recorrer à mamadeira. Mesmo o seio inflamado deve ser sugado porque o esvaziamento ajuda a debelar a infecção.

Já houve época em que as mães eram aconselha-

das a amamentar em horários muito rígidos, para "disciplinar" as crianças desde cedo. Na verdade, os bebês "se disciplinam" sozinhos, porque espontaneamente diminuem o número de mamadas diárias à medida que se desenvolvem e ingerem

maiores quantidades em cada "refeição" ao seio. Nos primeiros dias de vida do bebê, quanto maior o número de vezes que for levado a mamar, melhor será a produção de leite, pois a sucção e a drenagem do leite facilitam a formação de mais leite.



Entretanto, é inegável que a amamentação exige das mães uma atitude de estar disponível para o bebê, em detrimento de algumas de suas atividades pessoais. A partir do terceiro mês de vida os horários do bebê se definem melhor e a mãe poderá voltar a organizar sua própria rotina. Se a disponibilidade é sinal de amor, o reverso não é verdadeiro; nem sempre a impossibilidade de amamentar revela falta de amor, principalmente porque as condições sociais não levam em conta as necessidades da criança. A mãe que trabalha pode ser frustrada em seus planos de amamentação pela inexistência de creches no seu local de trabalho, ou, pior ainda, pela ausência da mínima proteção de leis trabalhistas quanto a licenças-maternidade.

Existe uma idéia muito difundida de que o leite materno se torna "fraco" depois de alguns meses. É verdade que o bebê amamentado engorda menos do que aquele que toma leite engrossado com farinhas em mamadeira, porém seu crescimento e desenvolvimento em nada são prejudicados por falta de algumas "dobrinhas" de gordura. Dizer que o leite está "fraco" ou é insuficiente e logo iniciar o uso da mamadeira pode realmente ser o que desencadeia a verdadeira falta do leite.

Uma recente pesquisa realizada pelo CEBRAP sobre as razões para o des-

mame encontrou dados interessantes para reflexão. A maioria das mães relacionava o uso da mamadeira com o fato de seu leite ser insuficiente e também com a falta de vontade da criança para mamar. Entretanto, esta pesquisa encontrou também um fator emocional de importância — a mãe que amamenta sente ansiosa quando o bebê chora, culpando-se por não satisfazê-lo. Entre outros fatores contrários ao aleitamento materno apareceram ainda o ser considerado muito cansativo, poder alterar a estética do seio, ser difícil levá-lo a cabo sem auxílio externo para outras tarefas. As mães sabem que a amamentação é o melhor para o bebê, mas necessitam apoio — do marido, companheiro, familiares, profissionais — para diminuir a ansiedade causada pelas preocupações a respeito de sua própria imagem corporal, bem como em relação à quantidade e qualidade de seu leite.

Para o bebê, o momento da mamada ao seio da mãe contém uma soma de prazeres: a satisfação de sua fome, o contato com o corpo da mãe, o cheiro familiar, a visão de um rosto cada dia mais reconhecível e identificável entre outros, a vibração das batidas do coração da mãe, que ele já sentia durante a vida intra-uterina... Se lembrarmos que é da repetida satisfação de suas necessidades que nasce a sensação de confiança no mundo que o rodeia, entenderemos o sorriso de beatitude do bebê adormecido após a mamada.

Dulce Damasceno foi diretora do Serviço de Higiene Mental do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas, durante 25 anos.
